

IICA
E50
933
(Pt)

Acordos Ministeriais Hemisféricos

Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas

Bávaro 2001 - Panamá 2003 - Guaiaquil, 2005



Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas"
no contexto do Processo de Cúpulas das Américas

32608



Acordos Ministeriais Hemisféricos

**Plano AGRO 2003-2015
para a Agricultura
e a Vida Rural nas Américas**

Bávaro 2001 – Panamá 2003 – Guaiaquil 2005

Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas"
no contexto do Processo de Cúpulas das Américas

BV-13636.

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2005

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita su respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio Web institucional www.iica.int/cumbres

Acordos Ministeriais Hemisféricos: Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas: Bávaro 2001 - Panamá 2003 - Guaiquil 2005 / Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas" no contexto do Processo de Cúpulas das Américas. - São José, C.R. : IICA, 2005.
88 p. ; 15 cm x 22 cm

ISBN 92-90-39-676-8

Publicado também em francês, inglês e espanhol

1. Acordos Ministeriais - América 2. Cúpulas - América 3. Agricultura e Vida rural - América 4. Reuniões Ministeriais - América I. Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas" no contexto do Processo de Cúpulas das Américas II. Título

AGRIS
E50

DEWEY
338.181

San José, Costa Rica
2005



“Criar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática”

Os Chefes de Estado e de Governo das Américas propiciam o crescimento com geração de emprego e um quadro institucional renovado e apóiam a implementação do Plano AGRO 2003-2015

3

Comprometemo-nos a construir um ambiente institucional mais sólido e inclusivo, com base na coordenação das políticas públicas nos campos econômico, trabalhista e social, a fim de contribuir para a geração de emprego decente, que compreenderá:

Um ambiente global para o desenvolvimento do setor rural e agropecuário que promova o investimento, a geração de emprego e a prosperidade rural.

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 55 g), Declaração de Mar del Plata**

Para tanto, os mandatários definiram como compromisso nacional:

Apoiar a implementação do Acordo Ministerial de Guaiaquil 2005 sobre Agricultura e a Vida Rural nas Américas (Plano AGRO 2003-2015).

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 35, Plano de Ação**

Sumário

Apresentação	6
Introdução	9
Guaiquil 2005: Terceira Reunião Ministerial	17
O processo ministerial em 2005	20
Cerimônia de abertura: reflexões sobre agricultura e vida rural nas Américas.....	23
Assuntos estratégicos	27
Os Acordos Ministeriais Hemisféricos de 2005	32
Plano AGRO 2003-2015. Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas.....	34
Implementação e Seguimento do Plano AGRO 2003-2015 em preparação à Quarta Reunião Ministerial.....	45
Sistema de Informação para o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015	47
Proposta Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas.....	49
Panamá 2003: Segunda Reunião Ministerial	51
Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas	58
Implementação e Acompanhamento do Plano de Ação AGRO 2003-2015	72
Bávaro 2001: Primeira Reunião Ministerial	75
Declaração de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas	79

As reuniões ministeriais estão produzindo resultados significativos em apoio aos mandatos das Cúpulas. Continuaremos a desenvolver essa cooperação.

**Terceira Cúpula das Américas, 2001
Parágrafo 29, Declaração da Cidade de Québec**

Apresentação

A realização da Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, em Guaiaquil (30 e 31 de agosto de 2005), constitui um novo marco para a renovação da agricultura e da vida rural, que as aproxima da Visão Compartilhada de 2015, aprovada no Plano AGRO 2003-2015. Nesse sentido, esse terceiro foro ministerial hemisférico permitiu que os Ministros da Agricultura reiterassem o compromisso com os mandatos emitidos pelos Chefes de Estado e de Governo nas duas últimas Cúpulas das Américas (Québec, 2001 e Monterrey, 2004) e que dele emanasse uma contribuição à Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata 2005).

Com o **Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas** os Ministros reafirmam e reforçam o compromisso com o Plano AGRO 2003-2015 e seus componentes, a Visão Compartilhada de 2015 e os Objetivos Estratégicos. De fato, o Acordo Ministerial de Guaiaquil, assinado na Terceira Reunião Ministerial, atualiza o Plano AGRO ao estabelecer ações estratégicas complementares para o biênio 2006-2007 e medidas para sua implementação e seguimento.

Essa importante decisão ministerial tem um impacto positivo no foro político de mais alto nível do Hemisfério. Com efeito, sob o lema “*Criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática*”, os governantes das Américas, reunidos em sua Quarta Cúpula, assumem o compromisso nacional de apoiar a implementação do Acordo Ministerial de Guaiaquil como uma ação concreta para alcançar crescimento com geração de emprego.

Os Acordos Ministeriais Hemisféricos apresentados nesta publicação são a expressão soberana da vontade política dos países. Foram

formulados e aprovados mediante um processo de diálogo amplo e transparente em nível hemisférico, no qual tiveram atuação destacada os Delegados Ministeriais e seu foro, o Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA).

Em 2005, sob a presidência do Equador, o GRICA realizou várias sessões em São José, Costa Rica (7 e 8 de julho) e em Guaiquil (29 de agosto). Nesses encontros, os Delegados Ministeriais formaram consenso sobre importantes temas e ações estratégicas previstos nos acordos da Terceira Reunião Ministerial, os quais complementam e dão andamento ao Plano AGRO 2003-2015.

O processo ministerial "Agricultura e Vida Rural nas Américas", iniciado em maio de 2001 imediatamente depois da Terceira Cúpula das Américas, teve dois outros marcos importantes: a Primeira Reunião Ministerial (Bávaro, 2001), com a adoção da Declaração Ministerial de Bávaro, e a Segunda Reunião Ministerial (Panamá, 2003), com a assinatura do Plano AGRO 2003-2015.

O propósito desta publicação é reunir todos os Acordos Ministeriais Hemisféricos sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas. Por conseguinte, junto aos acordos adotados em Guaiquil em 2005 são apresentados os emanados na Cidade do Panamá, em 2003, e em Bávaro, em 2001.

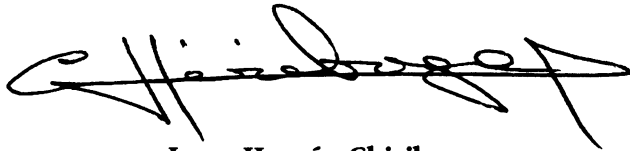
Esperamos que por esse conjunto de acordos seja possível construir uma nova institucionalidade e fortalecer a ação conjunta e a cooperação interamericana. Os mandatos das Cúpulas e os Acordos Ministeriais Hemisféricos são necessários, mas não suficientes, para provocar as mudanças que levem à Visão Compartilhada de 2015. Estamos a uma década de 2015; façamos desses mandatos e acordos um recurso político e técnico para a formulação de políticas de Estado, para a promoção dos investimentos e para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, à segurança alimentar e à prosperidade no campo nos países das Américas, mesmo antes de 2015.

Nesse contexto, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), como parceiro institucional no Processo de Cúpulas das Américas e na qualidade de Secretaria das Reuniões Ministeriais, continuará a emprestar apoio ao processo ministerial com vistas ao melhoramento da agricultura e das comunidades rurais a fim de que tal processo consolide sua articulação com os grandes objetivos, ações e mecanismos destinados à implementação e ao seguimento dos mandatos das Cúpulas das Américas.



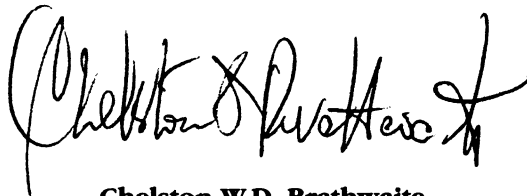
Pablo Rizzo Pastor

*Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador
Presidente da Terceira Reunião Ministerial
"Agricultura e Vida Rural nas Américas"*



Jorge Hernán Chiriboga

*Vice-Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador
Presidente do GRICA em 2005*



Chelston W.D. Brathwaite

*Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Secretaria da Reunião Ministerial*

Introdução

No breve e profícuo, processo ministerial hemisférico iniciado em 2001 em resposta aos mandatos sobre agricultura e vida rural da Terceira Cúpula das Américas, os Ministros definiram diretrizes de grande alcance para a agricultura e a vida rural. A seguir são descritos diversos aspectos relacionados com tais diretrizes, que constituem os “Acordos Ministeriais Hemisféricos”.

O que são os Acordos Ministeriais Hemisféricos (AMH)?

Os Acordos Ministeriais Hemisféricos sobre Agricultura e Vida Rural (AMH) são posições ministeriais adotadas por consenso sobre questões estratégicas da agricultura e da vida rural das Américas.

Como instrumentos internacionais que apóiam o Processo de Cúpulas das Américas, os AMH registram a vontade e o compromisso dos Ministros de promover, juntamente com os atores responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e da vida rural, **ações estratégicas** para o melhoramento sustentável nesse campo.

Os AMH têm grande força política porque se fundamentam nas realidades expressadas nas propostas nacionais que lhes deram origem e têm o respaldo do consenso hemisférico que, por meio do diálogo e da negociação, formam os Delegados Ministeriais dos 34 Estados membros do Sistema Interamericano. Essa força política, ademais, resulta do compromisso dos governos de implementarem os acordos e realizarem o seu seguimento para poder atualizá-los e assegurar a continuidade necessária para se chegar à Visão Compartilhada de 2015.

Além disso, a força política dos AMH é reafirmada quando eles se convertem em documentos oficiais do Processo de Cúpulas das Américas e servem de insumos para as declarações e planos de ação que emitem os Chefes de Estado e de Governo. Exemplo disso é o parágrafo 43 da

Declaração de Nuevo León (Cúpula Extraordinária, Monterrey, 2004), no qual os governantes das Américas expressam seu apoio à aplicação do Plano AGRO 2003-2015, que constitui um AMH da Segunda Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”. Similar vontade política é expressada pelos mandatários no parágrafo 35 do Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata, 2005), ao deixarem consignada, como compromisso nacional, a decisão de apoiar a implementação do Acordo Ministerial de Guaiaquil.

Qual é o contexto político dos AMH?

Os mandatos sobre agricultura e vida rural das Cúpulas das Américas (Québec 2001, Monterrey 2004 e Mar del Plata 2005) constituem o contexto político hemisférico dos AMH.

A Terceira Cúpula das Américas (Québec 2001) foi um marco histórico, pois nela os Chefes de Estado e de Governo reconheceram a importância que revestem a agricultura e a vida rural para enfrentar a pobreza e impulsionar o desenvolvimento sustentável de seus países.

Esse potencial foi reconhecido mediante a definição do duplo papel da agricultura como meio de vida de milhões de habitantes rurais e como setor estratégico do sistema socioeconômico na geração de prosperidade. Em consonância com essa afirmação, os governantes estabeleceram dois mandatos no Plano de Ação da Terceira Cúpula destinados a: (i) promover uma ação hemisférica conjunta dos atores do agro voltada para o melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural; e (ii) impulsionar estratégias nacionais de longo prazo com o mesmo propósito, baseadas no diálogo e na participação de atores chave.

Na Cúpula Extraordinária (Monterrey, 2004) os mandatários comprometeram-se a manter um esforço sustentado para melhorar as condições de vida das populações rurais, promovendo investimentos e criando um ambiente favorável que facilite o melhoramento da agricultura a fim de contribuir para o desenvolvimento social, a prosperidade rural e a segurança alimentar. Nesse contexto, apoiaram a implementação do segundo acordo ministerial hemisférico, o Plano AGRO 2003-2015. Nesse sentido, na Declaração de Mar del Plata,

centrada na criação de trabalho, os mandatários deixam consignado o compromisso de construir um quadro de referência institucional baseado na coordenação de políticas públicas, no qual se insere um quadro global para o desenvolvimento do setor rural e agropecuário capaz de promover o investimento, a geração de empregos e a prosperidade no campo.

Os mandatos e compromissos dessas três Cúpulas configuram um quadro político que revaloriza a agricultura e a vida rural das Américas e geram um novo processo ministerial, cujos acordos contribuem para a implementação e atualização dos mandatos das Cúpulas hemisféricas.

O que são as Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas"?

Essas reuniões, criadas pelo Processo de Cúpulas das Américas, são a expressão política setorial hemisférica para tratar das questões estratégicas e dos mandatos específicos estabelecidos pelos governantes em suas declarações e planos de ação. Constituem uma instância hemisférica para o diálogo político multilateral, para a coordenação e para a cooperação entre os 34 Estados membros do Sistema Interamericano.

"As reuniões de ministros das diferentes áreas são o mecanismo operacional mais importante para o delineamento conjunto de planos setoriais de execução de políticas públicas na região. Esse é o valor agregado mais importante que o Processo de Cúpulas das Américas trouxe para a OEA e para os nossos países." ¹

As Reuniões Ministeriais são momentos de síntese, nos quais se toma conhecimento do progresso alcançado na implementação dos mandatos das Cúpulas e dos AMH. Por isso são parte de dois processos: o de Cúpulas das Américas e o de Agricultura e Vida Rural nas Américas. Mediante os seus AMH, por um lado, essas reuniões dão continuidade ao processo de construção da Visão Compartilhada da Agricultura e da Vida

1. Documentos Oficiais das Cúpulas das Américas de Miami a Guáxbec, Volume III. OEA. Citação extraída do Prólogo apresentado por Jaime Aparicio Otero, Diretor do Escritório de Cúpulas da OEA.

Rural em 2015 e, ao mesmo tempo, servem de subsídio a preparação das novas decisões que devem emanar dos Chefes de Estado e de Governo.

Assim, a Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” é o espaço político dos Ministros da Agricultura. Trata-se do máximo foro hemisférico onde são decididas por consenso as **prioridades e ações estratégicas** para o melhoramento da agricultura e da vida rural.

A identidade da Reunião Ministerial, sustentada num contínuo processo ministerial, se expressa e consolida por meio de seus AMH. Essa identidade, como entidade hemisférica, levou a Reunião Ministerial a posicionar-se como um protagonista político de impacto real no Processo de Cúpulas das Américas.

Como se formam os AMH?

Os AMH começam a formar-se nos países. Isso se dá através de um processo ministerial que compreende as consultas nacionais de onde surgem as propostas que os países compartilham. Com base nessas propostas nacionais, iniciam-se o diálogo entre os países, a negociação e a formação do consenso hemisférico quanto ao texto de cada um dos acordos.

Nesses termos, e dada a diversidade de perspectivas e interesses dos países, o processo ministerial tem contribuído para a definição dos AMH, que se baseiam nas decisões obtidas por amplo consenso. Assim, os AMH refletem pontos de convergência e entendimento dos países de grande valor para o melhoramento da agricultura e da vida rural.

Com o propósito de facilitar o diálogo hemisférico e a formação de consenso, o processo ministerial conta, desde 2001, com a participação de dois protagonistas dos países que lideram o processo e vêm dinamizando seus respectivos foros hemisféricos e acordos, quais sejam: (i) o Delegado Ministerial de Agricultura e Vida Rural e seu foro, o Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA), e (ii) o Ministro da Agricultura e sua Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”.

Em cada país, o Delegado Ministerial coordena a organização das propostas nacionais aos AMH e interage com seus congêneres dos demais Estados membros na formação do consenso hemisférico. Além disso, coordena a elaboração do relatório nacional de andamento do Plano AGRO 2003-2015 e identifica os desafios a sua implementação. Os Delegados Ministeriais, reunidos em seu foro hemisférico, o GRICA, formam consenso quanto aos acordos que devem assinar os Ministros nas Reuniões Ministeriais.

O trabalho dos Delegados e Ministros é apoiado pela Secretaria da Reunião Ministerial, exercida pelo IICA, cuja atuação facilita a continuidade do processo ministerial em seu conjunto. Sua principal função é apoiar as discussões em nível nacional, regional e hemisférico que embasam os acordos ministeriais. A Secretaria também propicia a coordenação do trabalho dos Delegados, do GRICA e da Reunião Ministerial e dessa com o Processo de Cúpulas das Américas. Além disso, serve como memória institucional do processo "Agricultura e Vida Rural nas Américas".

Quais são os AMH e o que definem?

O contínuo processo ministerial de 2001-2005, nas três Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas", chegou a conclusões que resultaram na adoção dos seguintes AMH:

Bávaro 2001. Primeira Reunião Ministerial

■ *Declaração Ministerial de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas*

Essa Declaração expressa o compromisso dos Ministros de promover uma ação conjunta destinada ao melhoramento da agricultura e da vida rural, tal como estabelece o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Aponta a necessidade de aprofundar os temas segurança alimentar, redução da pobreza rural e desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, considerando, ao mesmo tempo, aspectos de competitividade, equidade, sustentabilidade ambiental e governabilidade democrática.

Panamá 2003. Segunda Reunião Ministerial

■ *Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*

A vontade ministerial de estabelecer, por consenso, uma agenda hemisférica compartilhada, definida na Primeira Reunião Ministerial, impulsionou a continuação do diálogo e a elaboração do segundo acordo ministerial.

O Plano expressa essa vontade ministerial nos quatro seguintes componentes complementares: a Visão Compartilhada da Agricultura e da Vida Rural de 2015; os Objetivos Estratégicos para a concentração de esforços; as ações estratégicas com vistas ao alcance de tais objetivos, a Agenda Hemisférica 2003-2005; e as medidas para a implementação e o seguimento do Plano.

■ *Implementação e Acompanhamento do Plano AGRO 2003-2015*

Guaiaquil 2005. Terceira Reunião Ministerial

■ *Plano AGRO 2003-2015. Acordo Ministerial de Guaiaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas.*

A decisão de implementar o Plano mediante agendas ministeriais bienais estabeleceu a necessidade de conhecer o grau de cumprimento das ações estratégicas do Plano e, com base nisso, proceder à sua atualização.

O Acordo ratifica o compromisso com o Plano AGRO 2003-2015 e o atualiza por meio de ações estratégicas complementares para o biênio 2006-2007 e medidas para sua implementação e seguimento.

■ *Acordo Ministerial sobre a Implementação e o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015 em preparação à Quarta Reunião Ministerial.*

Refere-se, basicamente, à elaboração dos relatórios nacionais sobre o andamento da implementação do Plano e os desafios que os

países enfrentam, dados que servem de insumo à atualização do Plano para o biênio 2008-2009.

- *Acordo Ministerial sobre o Sistema de Informação para o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015.*

Reconhece o esforço iniciado pelo IICA e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), respaldado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Destaca a decisão de dar continuidade às ações destinadas ao desenvolvimento de um sistema de informação para o seguimento e avaliação do Plano AGRO 2003-2015 com vistas à Quarta Reunião Ministerial, a realizar-se em 2007.

- *Acordo Ministerial sobre a Proposta à Quarta Cúpula das Américas.* Os Ministros incumbiram o Presidente e a Secretaria da Reunião Ministerial de, com base na proposta ministerial, propiciar a consolidação da posição alcançada pela agricultura e a vida rural no Processo de Cúpulas das Américas.

Oportunidade e desafio

Em essência, os mandatos das Cúpulas e os AMH são necessários, porém não suficientes, para tornar realidade a Visão Compartilhada de 2015. São necessários como referência política e técnica para a definição de estratégias, para o alinhamento institucional e para a concentração dos esforços nacionais e da cooperação internacional. No entanto, a fim de começar a forjar a mudança que os AMH promovem com a Visão Compartilhada de 2015 é preciso privilegiar, em sua implementação, três aspectos cruciais para os quais apontam política e institucionalmente os AHM: a renovação institucional, a ação conjunta e a cooperação de todos os atores responsáveis pelo melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural.

O grande desafio para aproveitar a oportunidade que ensejam os mandatos das Cúpulas e os AMH pode assim ser resumido: urge que caminhemos juntos rapidamente para 2015.



GUAIAQUIL 2005: TERCEIRA REUNIÃO MINISTERIAL

- **O processo ministerial em 2005**
- **Cerimônia de abertura:**
reflexões sobre agricultura e vida
rural nas Américas
- **Assuntos estratégicos**
- **Os Acordos Ministeriais
Hemisféricos de 2005**



“Criar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática”

Os mandatários solicitam aos organismos internacionais que continuem a apoiar a implementação e o seguimento dos mandatos e compromissos das Cúpulas

Encarregamos às instituições membros do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas constituído pela Organização dos Estados Americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Banco Centro-Americano para a Integração Econômica, Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho, Organização Internacional para as Migrações, Instituto para a Conectividade das Américas, Banco de Desenvolvimento do Caribe, Corporação Andina de Fomento que, sob a coordenação da OEA, continuem a apoiar, por meio de suas respectivas atividades e programas, o acompanhamento e a implementação das Declarações e dos Planos de Ação das Cúpulas das Américas, bem como desta Declaração e do Plano de Ação de Mar del Plata e que prestem sua assistência nos preparativos de futuras Cúpulas.

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 75, Declaração de Mar del Plata**

Solicitar ao IICA e à CEPAL que prossigam em seus esforços no sentido de desenvolver um sistema de informações para o acompanhamento e avaliação do Plano AGRO 2003-2015 e, aos membros do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas que se unam a tais esforços como contribuição para a definição de metas e indicadores para os mandatos das Cúpulas das Américas.

**Quarta Cúpula das Américas, 2005
Parágrafo 43, Plano de Ação**

Tercera Reunión Ministerial - 2005



Na Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros atualizaram o **Plano AGRO 2003-2015** por meio do ***Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas***. Além disso, adotaram outros acordos hemisféricos referentes à implementação e ao seguimento do Plano e à Proposta Ministerial à Quarta Cúpula das Américas.

O PROCESSO MINISTERIAL EM 2005:

Andamento da implementação e atualização do Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas

Com vistas à implementação e ao seguimento do Plano AGRO 2003-2015, os Ministros definiram, na Segunda Reunião Ministerial, em 2003, que o Plano fosse executado com base em seis agendas bienais e que a avaliação do avanço dos países na consecução das ações estratégicas de 2003-2005 do Plano constituísse um insumo para sua atualização com vistas ao biênio 2006-2007. Por isso o processo ministerial em 2005, levado a cabo pelos países, centrou-se na elaboração dos relatórios de andamento da implementação e atualização do Plano. A informação preparada pelos países, o diálogo hemisférico e a formação de consenso, no GRICA 2005 e na Reunião Ministerial, caracterizaram o processo ministerial em 2005 e embasam seus resultados.

Quanto ao progresso na implementação do Plano, os países demonstraram que estão envidando uma gama de esforços com vistas ao melhoramento da agricultura e das comunidades rurais no contexto das ações estratégicas do Plano AGRO 2003-2015. Esses esforços compreendem, no âmbito nacional, estudos, propostas, planos, programas, políticas setoriais e políticas de Estado, bem como programas, acordos e políticas regionais. Ao mesmo tempo, os países enfrentam novos desafios no melhoramento da agricultura e da vida rural, bem como na implementação do Plano. Com base no exposto, a Secretaria da Reunião Ministerial, a cargo do IICA, apoiou os Delegados

Ministeriais no processo de elaboração dos relatórios nacionais de andamento, na execução do Plano e na identificação dos desafios que deparam os países.

O processo de informação e consultas teve início ao final de 2004 e ensejou amplas respostas. Contando com o apoio de um sistema eletrônico proporcionado pela Secretaria, 29 países puderam compartilhar 66 relatórios, a saber: 28 relatórios nacionais de andamento, 14 resumos executivos sobre a implementação do Plano AGRO 2003-2015, em cumprimento ao mandato 43 da Declaração de Nuevo León (Cúpula Extraordinária das Américas, Monterrey, 2004), e 24 relatórios sobre desafios. Desse modo, os Delegados Ministeriais aprofundaram seus conhecimentos sobre como cada país vem impulsionando o melhoramento de sua agricultura e vida rural.

Para iniciar o diálogo hemisférico que embasa a formação do consenso necessário entre os Delegados Ministeriais para atualizar o Plano, a Secretaria os apoiou, preparando como insumo o "*Documento Base para el Diálogo Hemisférico 2005*". Esse documento constituiu uma referência para o diálogo virtual dos Delegados e serviu de orientação às sessões do GRICA em 2005 na formação de consenso quanto à atualização do Plano AGRO 2003-2015².

Com base num diálogo profícuo, transparente e construtivo, os Delegados Ministeriais chegaram a consenso com respeito às **ações estratégicas complementares** para a atualização do Plano AGRO no biênio 2006-2007 e às medidas para sua implementação e seguimento. As ações nacionais em execução, a persistência dos desafios identificados no processo ministerial em 2003 e a definição de novos reptos, conforme indicam os relatórios nacionais, evidenciaram, de um lado, a vigência das ações estratégicas do Plano AGRO adotadas em 2003 e, de outro lado, a necessidade de atualizar o Plano mediante ações estratégicas complementares.

2. A Secretaria da Reunião Ministerial disponibilizou um foro para o diálogo virtual na página www.cizcumbres com base em dois documentos que serviram de referência para o GRICA "*Antecedentes para el Diálogo Hemisférico 2005*" e "*Documento Base para el Diálogo Hemisférico 2005*".



Delegados Ministeriais da Agricultura e Vida Rural em sessão de trabalho em São José, Costa Rica (julho de 2005)

De fato, nas sessões realizadas em 7 e 8 de julho em São José e em 29 de agosto em Guaiquil, no ano de 2005, o GRICA aprovou, por consenso dos Delegados Ministeriais, quatro propostas de acordo ministerial, entre as quais a atualização do Plano AGRO 2003-2015 para o biênio 2006-2007 e a proposta ministerial à Quarta Cúpula das Américas (Mar del Plata 2005). O Equador, na qualidade de país anfitrião da Reunião Ministerial, exerceu a presidência do GRICA em 2005 na pessoa do Engenheiro Agrônomo Jorge Hernán Chiriboga, Vice-Ministro da Agricultura e Pecuária.

O consenso alcançado no GRICA em 2005 serviu de base para que os Ministros e Secretários da Agricultura renovassem, na Terceira Reunião Ministerial, o compromisso com o Plano AGRO 2003-2015 ao assinarem o Acordo Ministerial de Guaiquil e adotassem disposições relativas à sua implementação e seguimento.

CERIMÔNIA DE ABERTURA:

Reflexões sobre Agricultura e Vida Rural
nas Américas

A Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” foi aberta no dia 29 de agosto de 2005 na cidade de Guayaquil, Equador, pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Alejandro Serrano Aguilar, Vice-Presidente Constitucional da República do Equador. Compuseram a mesa principal o Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, o Ministro do Comércio Exterior, Pesca e Competitividade do Equador, o Diretor-Geral do IICA, o Subdiretor-Geral e Representante Regional da FAO para a América Latina e o Caribe e o Governador da Província de Guayas, do Equador.



Cerimônia de abertura presidida pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Alejandro Serrano Aguilar, Vice-Presidente Constitucional da República do Equador.

A solenidade de abertura da reunião contou com a presença de mais de 800 pessoas, entre delegados dos 33 países membros do Processo de Cúpulas das Américas, representantes da Alemanha, Espanha, França e Israel, deputados do Congresso Nacional equatoriano, membros do Corpo Diplomático, ex-Ministros da Agricultura e Pecuária do Equador, Diretores Eméritos do IICA e representantes e funcionários de organismos internacionais e dos meios de comunicação nacionais e internacionais.

Após a entoação do Hino Nacional do Equador e do Hino da Cidade de Guayaquil, fizeram uso da palavra as seguintes autoridades:

Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador e Presidente da Reunião Ministerial

“...que o futuro seja sempre um novo amanhecer para a agricultura das Américas...”

O Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor deu as boas-vindas aos participantes. “Assim o faço”, assinalou, “consciente da responsabilidade que significa para os 34 Ministros da Agricultura das Américas reunir-nos num momento em que estão próximas a realizar-se a Cúpula Mundial 2005 sobre os avanços dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Quarta Cúpula das Américas, essa sob o lema Criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática.

“Na Terceira Cúpula”, acrescentou, “os Chefes de Governo das Américas comprometeram-se a impulsionar programas para melhorar a agricultura e a vida rural e promover a agroindústria como contribuição para reduzir a pobreza e estimular o desenvolvimento integral. Para tanto, na Cúpula Extraordinária”, assinalou, “os mandatários apoiaram o Plano AGRO 2003-2015 adotado em nossa Segunda Reunião Ministerial.

“Esse novo apoio político nos compromete ainda mais. Por isso, compartilhamos a grande responsabilidade de traçar um futuro diferente para todos os que confiaram em nós e esperam por uma vida melhor,

segundo o que está previsto no Acordo Ministerial de Guayaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”, expressou o Ministro equatoriano.

O Diretor-Geral do IICA

“Vimos para continuar a construir uma ponte para o futuro a fim de que grande parte das nossas populações possa passar de uma vida de desespero para uma vida de prosperidade rural.”

O Dr. Chelston W. D. Brathwaite expressou os seus sinceros agradecimentos ao Governo do Equador e a seus funcionários por sua cálida e hospitaleira acolhida e pela forma em que fora preparada a estada dos participantes em Guayaquil.

Fez menção a algumas reflexões sobre as responsabilidades atuais e futuras relacionadas à agricultura do século XXI. “Considerando a Visão Compartilhada de 2015 do Plano AGRO 2003-2015 e o cumprimento das Metas do Milênio, é nosso compromisso”, afirmou, “assumir novas responsabilidades e desempenhar um papel mais dinâmico e estratégico a fim de contribuir para que se alcance maior prosperidade nas comunidades rurais dos nossos países.”

“Estamos convencidos”, expressou, “de que a modernização do setor agropecuário e a atenção prioritária às zonas rurais são a chave para reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.” Nesse sentido, o Diretor-Geral do IICA instou a que sejam congregados esforços em torno de novas estratégias, políticas, ações e investimentos que mantenham o crescimento da agricultura e do meio rural e sua nobre e sustentada contribuição às economias nacionais.

Finalmente, agradeceu ao Vice-Presidente do Equador sua presença e apoio e ao Prefeito de Guayaquil, sua acolhida e colaboração.

O Secretário-Geral Adjunto da OEA

“Devemos fazer o máximo para assegurar que a nova dinâmica mundial e de nossa região não dê lugar à marginalidade social e econômica de países e grupos.”

O Embaixador Albert R. Ramdin iniciou seu discurso assinalando que os assuntos que seriam tratados na Reunião Ministerial eram, sem dúvida, de amplo alcance e importância estratégica para os países das Américas. “A agricultura”, mencionou, “continuará a ser um dos alicerces estratégicos fundamentais na luta contra a pobreza, na geração de emprego, na manutenção da estabilidade social e na real participação da sociedade no desenvolvimento de suas comunidades locais e de seus países.

“A Organização dos Estados Americanos”, assinalou, “acredita na importância de se continuar a promover estratégias nacionais de médio e longo prazo destinadas ao melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural. Conforme acordaram os Presidentes e Chefes de Governo na Terceira Cúpula das Américas na Cidade de Québec, todos os atores - os parlamentares, as organizações da sociedade civil e os setores científico e universitário - devem ser parceiros dos governos na consecução desse objetivo.

“Louvamos”, acrescentou, “a difusão da democracia no Hemisfério, mas todos, lamentavelmente, temos consciência de que os países nem sempre conseguiram materializar os frutos prometidos da democracia e da reforma econômica. Esse fracasso, por sua vez, ameaça o tecido social e político e cria ambientes instáveis que tornam vulnerável a governabilidade.

O Vice-Presidente Constitucional da República do Equador

“Diante dos desafios impostos pela atual conjuntura, é fundamental ver a agricultura sob outra óptica, capaz de situá-la adequadamente no cenário das grandes decisões políticas.”

O Excelentíssimo Senhor Doutor Alejandro Serrano Aguilar, Vice-Presidente do Equador, expressou que, por incumbência de Sua Excelência o Presidente da República, transmitia, em nome do povo e do Governo do Equador, as cordiais boas-vindas e os melhores votos por que todos desfrutassem de uma prazerosa e profícua estada em seu país.

“O Governo equatoriano”, assinalou, “assumiu o compromisso, assim como outros países aqui representados, de cumprir os Objetivos e as Metas do Milênio até 2015. Diante disso”, acrescentou, “a Reunião Ministerial reveste particular importância para o futuro de nossos povos e, de modo especial, dos que trabalham diretamente no campo, lutando contra as intempéries e os riscos e caprichos dos mercados, que, muitas vezes, enterram as esperanças de uma vida melhor para pequenos produtores e empresários agrícolas.”

Ao declarar oficialmente aberta a Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, o Vice-Presidente do Equador expressou sua convicção de que o diálogo ministerial e o Acordo de Guayaquil que emanaria da reunião iriam ao encontro das necessidades, preocupações e demandas de todos os que trabalham no campo e seriam instrumentos de promoção do desenvolvimento justo e equilibrado por que tanto anseia a sociedade rural, composta de empresários empreendedores e audazes e de uma significativa comunidade de agricultores que, há muitas décadas, confia em melhores condições de vida.

ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A reunião foi presidida pelo Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, tendo como Vice-Presidente o Senhor Mariano Ernesto Salaverría, Ministro da Agricultura e Pecuária de El Salvador.

○ contexto hemisférico da Reunião Ministerial

Esse item da agenda foi abordado com a seguinte exposição:

- *“O papel das reuniões ministeriais no Processo de Cúpulas das Américas”, apresentada pelo Senhor Luis Alberto Rodríguez, Diretor da Secretaria de Cúpulas das Américas da OEA.*

A exposição destacou a contribuição das reuniões ministeriais, surgidas no seio do Processo de Cúpulas das Américas, às decisões adotadas pelos Chefes de Estado e de Governo nas declarações e planos de ação das Cúpulas, bem como a implementação de tais decisões. Nesse sentido, assinalou que esta Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” tinha a oportunidade de fazer chegar sua Proposta Ministerial à presidência do Grupo de Revisão e Implementação de Cúpulas (GRIC), instância responsável pela preparação dos documentos da Quarta Cúpula das Américas.

Relatórios da Secretaria

A Secretaria da Reunião Ministerial, a cargo do IICA, apresentou os seguintes relatórios:

- *“Construyendo hoy la agricultura y la vida rural del 2015. Oportunidad para una renovada institucionalidad, acción conjunta y cooperación”*, a cargo do Doutor P. Lizardo de las Casas, Diretor do Escritório de Seguimento do Processo de Cúpulas das Américas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).³

Com base nos relatórios nacionais, esse relatório expõe o progresso alcançado na implementação do Plano AGRO 2003-2015, reitera a necessidade de continuar com maior vigor e dinamismo o processo de melhoramento da agricultura e das comunidades rurais; revela a nova dinâmica hemisférica decorrente dos recentes mandatos em matéria de agricultura e vida rural das Cúpulas das Américas e ressalta a oportunidade para a renovação institucional, a ação conjunta e a cooperação que a construção da agricultura e da vida rural de 2015 propicia hoje e no futuro próximo para a comunidade da agricultura e vida rural das Américas.

3. O Relatório da Secretaria da Reunião Ministerial está disponível na página www.ica.int/cumbres

- *“Construyendo hoy el futuro hacia el 2015. Contribución de un sistema de información para el seguimiento y la evaluación del Plan de Acción AGRO 2015”*, apresentado por P. Lizardo de las Casas, do IICA, e Martine Dirven, Chefe da Unidade de Desenvolvimento Agrícola da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).⁴

A primeira parte da exposição destaca, de modo geral, a proposta do sistema de informação para o seguimento e avaliação do Plano AGRO 2003-2015, que compreende os três componentes seguintes: as ações nacionais realizadas para implementar os compromissos, o impacto dessas ações no desempenho da agricultura e da vida rural e as expectativas e percepções dos líderes. Para cada um desses três componentes são apresentadas experiências isoladas em andamento. A segunda parte da exposição resume o progresso obtido no desenvolvimento do segundo componente do sistema, a partir de uma iniciativa conjunta de organismos internacionais coordenada pelo IICA e pela CEPAL e que conta com o apoio da FAO, da OPAS, da UNESCO e da OIT, destinada à identificação de indicadores para a agricultura e a vida rural.

Diálogo ministerial sobre temas estratégicos

Tendo como referência o lema da reunião e os temas estratégicos referentes à atualização do Plano AGRO 2003-2015 mediante novas ações estratégicas complementares, o diálogo na reunião centrou-se nos seguintes tópicos:

O potencial da agrobiotecnologia (ABT) na agricultura das Américas, exposto por Albert Sasson, consultor internacional.

4. Ao relatório vem anexado o CD *“Hacia un sistema de información para el seguimiento del Plan AGRO 2015. Iniciativa conjunta de los organismos internacionales en apoyo a los Delegados Ministeriales de Agricultura y Vida Rural”*.

Perspectivas da indústria agroenergética nas Américas

- *Perspectivas da indústria agroenergética*, por Luiz Carlos Correa Carvalho, Presidente da Câmara do Açúcar e do Alcool do Brasil

Intervenções: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Paraguai e Uruguai

Redução da pobreza, geração de emprego e promoção da prosperidade rural

- *Políticas para a prosperidade rural*, por Sergio Sepúlveda, Diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA

Políticas de Estado para a implementação do Plano AGRO 2003-2015

- *Desenvolvimento e implementação de políticas de Estado sobre agricultura e vida rural*. A experiência chilena, por Arturo Barrera, Subsecretário de Agricultura do Chile
- *Uma aliança compartilhada para o desenvolvimento do campo*, por Roberto Villeda, Delegado Ministerial de Agricultura e Vida Rural de Honduras

Intervenções: Bahamas, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Jamaica, México, Paraguai, República Dominicana, St. Kitts e Nevis e Venezuela

Apresentação do Relatório do GRICA em 2005

O Presidente do GRICA em 2005, Engenheiro Agrônomo Jorge Hernán Chiriboga, apresentou à Reunião Ministerial um relatório sobre os resultados alcançados nas sessões do GRICA em 2005 realizadas em São José e Guaiaquil, o qual contém as propostas aprovadas pelos Delegados Ministeriais de Agricultura e Vida Rural referentes aos Acordos Ministeriais Hemisféricos de 2005 sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas.

Esses acordos, que complementam o acordo sobre a atualização do Plano AGRO 2003-2015 expressado no Acordo Ministerial de Guaiaquil,

compreendem ações a respeito do seguinte: (i) implementação e seguimento do Plano AGRO 2003-2015 em preparação à Quarta Reunião Ministerial; (ii) desenvolvimento de um sistema de informação para o seguimento do Plano AGRO 2003-2015; e (iii) apresentação ao GRIC da Proposta Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural a fim de ser considerada no Projeto de Declaração de Mar del Plata e no Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas (Argentina, 2005).

Cerimônia de assinatura do Acordo Ministerial de Guayaquil

O Presidente da Reunião Ministerial, Engenheiro Agrônomo Pablo Rizzo Pastor, deu início ao ato de assinatura do Acordo Ministerial de Guayaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas, aprovado previamente pelo GRICA em 2005, e solicitou aos Ministros e Chefes de Delegação que assinassem o documento. Como testemunhas de honra participaram da cerimônia o Doutor Alfredo Palacio Gonzáles, Presidente Constitucional da República do Equador, e o Dr. Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral do IICA.⁵ Ao assinar o Acordo Ministerial de Guayaquil, os Ministros renovaram seu compromisso com o Plano AGRO 2003-2015.



Cerimônia de assinatura do Acordo Ministerial de Guayaquil.

5. O Acordo Ministerial de Guayaquil está disponível em www.iica.int/cumbres

OS ACORDOS MINISTERIAIS HEMISFÉRICOS DE 2005

A Reunião Ministerial, prévio consenso alcançado pelo GRICA em 2005, adotou os quatro seguintes Acordos Ministeriais Hemisféricos, que complementam os assinados em 2001 e 2003, particularmente com relação ao Plano AGRO 2003-2015. A seguir, apresentam-se as principais definições dos quatro AMH de 2005.

Plano AGRO 2003-2015. Acordo Ministerial de Gualaquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas

No Acordo Ministerial de Gualaquil os Ministros reiteraram seu compromisso com o Plano AGRO 2003-2015 e seus componentes, quais sejam: a Visão Compartilhada de 2015, os Objetivos Estratégicos, a Agenda Hemisférica e as medidas de implementação e seguimento.

Assim, a Agenda Hemisférica 2006-2007, cujo lema é *“Promovendo políticas de Estado para a agricultura e a vida rural”*, estabelece as ações estratégicas complementares para os seguintes 11 temas principais:

- áreas de desenvolvimento econômico local
- gestão e certificação de qualidade
- desenvolvimento de produtos baseados na biotecnologia
- geração de energia de fontes alternativas
- políticas para a agroindústria
- serviços ambientais e práticas compatíveis com o ambiente
- oportunidades de mercado para bens e serviços produzidos de forma ambientalmente sustentável
- responsabilidade social nas empresas rurais
- desenvolvimento integral do território rural
- políticas de Estado
- trabalho interinstitucional e multissetorial

Quanto à implementação e ao seguimento do Plano AGRO 2003-2015 foram estabelecidas medidas para sua atualização, para o fortalecimento dos mecanismos e estratégias regionais com vistas ao melhoramento da agricultura e da vida rural, para o apoio dos organismos internacionais ao processo ministerial para a implementação do Plano e a ação conjunta

e coordenada e para o desenvolvimento de um sistema de informação da agricultura e da vida rural destinado ao seguimento e avaliação do Plano.

Acordo Ministerial sobre a Implementação e o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015 em Preparação à Quarta Reunião Ministerial

Nesse acordo, os Ministros (i) incumbem os Delegados Ministeriais e a Secretaria da Reunião Ministerial de difundir o Plano AGRO 2003-2015 com as atualizações decorrentes do Acordo Ministerial de Guaiacuil; (ii) determinam aos Delegados Ministeriais que, com o apoio da Secretaria, elaborem os relatórios nacionais sobre os avanços alcançados na implementação do Plano e os desafios que deparam e, ao GRICA, que atualize o Plano para o biênio 2008-2009; e (iii) incumbem a Secretaria de preparar um relatório sobre o progresso obtido na execução do Plano, bem como sobre as ações empreendidas para coordenar o processo ministerial com o Processo de Cúpulas das Américas.

Acordo Ministerial sobre o Sistema de Informação para o Seguimento do Plano AGRO 2003-2015

Os Ministros solicitam aos organismos internacionais que apoiaram o esforço inicial para o desenvolvimento de um sistema de informação com vistas ao seguimento e à avaliação do Plano AGRO 2003-2015 que continuem a envidar esse esforço a fim de poder levar adiante o sistema de informação para a Quarta Reunião Ministerial, a realizar-se em 2007. Da mesma forma, instam outros organismos internacionais a somarem-se a essa iniciativa e solicitam à Secretaria que exponha essa experiência no Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas.

Acordo Ministerial sobre a Proposta Ministerial em Matéria de Agricultura e Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas

Os Ministros solicitaram ao Presidente e à Secretaria da Reunião Ministerial que fossem apresentados os dois parágrafos da proposta ao Grupo de Implementação e Revisão de Cúpulas (GRIC), constituído pelos Coordenadores Nacionais de Cúpulas dos Ministérios das Relações Exteriores, para sua consideração no Projeto de Declaração e Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas, Mar del Plata 2005.

RM3/AMH4-2005

31 agosto 2005

PLANO AGRO 2003-2015
ACORDO MINISTERIAL DE GUAIAQUIL PARA A
AGRICULTURA E A VIDA RURAL NAS AMÉRICAS

Nós, Ministros e Secretários da Agricultura das Américas, reunidos em 30 e 31 de agosto de 2005 na Cidade de Guayaquil, República do Equador, por ocasião da Terceira Reunião Ministerial "Agricultura e Vida Rural nas Américas" no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, em cumprimento dos mandatos sobre agricultura e vida rural formulados pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas (Québec, 2001) e na Cúpula Extraordinária (Monterrey, 2004) e dando prosseguimento ao Plano AGRO 2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas adotado na Segunda Reunião Ministerial, reiteramos nosso compromisso com o referido Plano e seus componentes: a Visão Compartilhada 2015, os Objetivos Estratégicos, a Agenda Hemisférica e a Implementação e o Acompanhamento.

Conseqüentemente, com base nos acordos ministeriais sobre implementação e o Acompanhamento do Plano adotados em 2003 e nos relatórios nacionais de andamento preparados por nossos respectivos ministérios e tendo em vista, ainda, os desafios por eles identificados para implementar o Plano AGRO 2015, atualizamos a Agenda Hemisférica do biênio 2006-2007 e adotamos as medidas necessárias à sua execução e seguimento.



2



Agenda Hemisférica 2006-2007

Promovendo políticas de Estado para a agricultura e a vida rural

Na atualização da Agenda Hemisférica do biênio 2006-2007 foram considerados dois aspectos: as ações estratégicas aprovadas em 2003 ainda vigentes e aquelas que as complementam, identificadas pelos países em 2005.

Para alcançar a Visão Compartilhada 2015 e cumprir os Objetivos Estratégicos, expressamos nossa vontade de continuar a envidar os esforços iniciados em 2003 e, além disso, de impulsionar, juntamente com os atores do setor agroalimentar e do meio rural, assim como com outros atores vinculados ao desenvolvimento da agricultura e da vida rural, as seguintes ações estratégicas complementares:

I. Fomentando empresas rurais competitivas

(Territórios rurais - dimensão produtivo-comercial)

Áreas de desenvolvimento econômico local

1. Fortalecer o desenvolvimento econômico local com o apoio do investimento público e privado e com base num enfoque integrado que aumente a produtividade, a competitividade e a capacidade empresarial das empresas rurais a fim de gerar emprego e melhorar as condições de vida nos territórios rurais.

II. Integrando as cadeias e fortalecendo sua competitividade

(Cadeias agroprodutivo-comerciais - dimensão produtivo-comercial)

Gestão e certificação de qualidade

2. Promover a gestão integrada da qualidade nas cadeias agroprodutivas, incluindo, entre outros, o desenvolvimento de sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos e mecanismos de certificação. A informação relacionada com as ferramentas de gestão da qualidade deve ser difundida a fim de facilitar a expansão da produção e do comércio.

Desenvolvimento de produtos com base na biotecnologia

3. Desenvolver novos produtos com base no uso da biotecnologia, no contexto das políticas nacionais de inovação, com a participação coordenada de atores públicos e privados, levando em conta os mecanismos de biossegurança e em consonância com os acordos regionais e internacionais em vigor.

III. Promovendo o entorno favorável à agricultura

competitiva (Contexto nacional e internacional - dimensão produtivo-comercial)

Geração de energia de fontes alternativas

4. Promover políticas de incentivo à geração de energia de fontes alternativas baseadas em atividades agrícolas e agroindustriais, no uso sustentável dos recursos naturais renováveis e na moderna biotecnologia.

Políticas para a agroindústria

5. Estimular a adoção de políticas de desenvolvimento da agroindústria, do agronegócio e da atividade rural não-agrícola voltada para o mercado.

IV. Assumindo a responsabilidade ambiental no campo

(Territórios rurais - dimensão ecológico-ambiental)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

V. Do campo à mesa: incentivando a gestão ambiental integrada

(Cadeias agroprodutivo-comerciais - dimensão ecológico-ambiental)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

VI. Participando na construção da institucionalidade ambiental (Contexto nacional e internacional - dimensão ecológico-ambiental)

Serviços ambientais e práticas compatíveis com o meio ambiente

6. Estimular o desenvolvimento de diferentes enfoques e mecanismos que reconheçam o valor dos serviços ambientais proporcionados pelo meio rural e das práticas compatíveis com o meio ambiente.

Oportunidades de mercado para bens e serviços produzidos de maneira ambientalmente sustentável

7. Aprimorar a institucionalidade e consolidar o avanço na produção e comercialização dos produtos agrícolas sustentáveis.

VII. Qualidade de vida nas comunidades rurais: criando capacidades e oportunidades (Territórios rurais - dimensão sociocultural e humana)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

VIII. Fortalecendo o aprendizado e o conhecimento na cadeia (Cadeias agroprodutivo-comerciais - dimensão sociocultural e humana)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

IX. Promovendo políticas para a criação de capacidades e oportunidades para as comunidades rurais (Contexto nacional e internacional - dimensão sociocultural e humana)

Responsabilidade social nas empresas rurais

8. Incentivar o conceito de responsabilidade social nas empresas rurais, promovendo a criação de empregos e o princípio do trabalho decente, tal como refletem os convênios internacionais.

X. Fortalecendo a participação e a ação coordenada público-privada nos territórios (Territórios rurais - dimensão político-institucional)

Desenvolvimento integrado do território rural

9. Promover o desenvolvimento rural integrado com base no enfoque multissetorial e participativo e fortalecendo a coordenação público-privada.

XI. Fortalecendo o diálogo e os compromissos entre atores da cadeia (Cadeias agroprodutivo-comerciais - dimensão político-institucional)

Não há ações estratégicas complementares às incluídas na Agenda Hemisférica aprovada em 2003.

XII. Fortalecendo políticas de Estado e a cooperação regional e hemisférica para a agricultura e a vida rural (Contexto nacional e internacional - dimensão político-institucional)

Políticas de Estado

10. Promover políticas de Estado de longo prazo para o desenvolvimento do setor agroalimentar e do meio rural, levando em conta os quadros de referência internacionais existentes.

O trabalho interinstitucional e multissetorial

11. Fortalecer a coordenação setorial e multissetorial para facilitar a implementação das políticas de Estado, visando ao melhoramento da agricultura e da qualidade de vida das comunidades rurais.

Implementação e acompanhamento

Fortalecendo a integração regional e a cooperação internacional

O Plano AGRO 2015 reflete a intenção dos países membros de trabalhar no sentido de uma visão compartilhada, no entendimento de que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada e pela execução do Plano de Ação à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

Atualização das agendas bienais

12. A Agenda Hemisférica 2006-2007 é a segunda de uma série de seis agendas bienais mediante as quais é implementado o Plano AGRO 2015. Os governos nacionais prepararão relatórios sobre seus avanços na implementação de cada agenda bienal, os quais serão apresentados na Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” realizada ao final de cada período, e deles se valerão para atualizar a agenda do período subsequente.

Mecanismos e estratégias regionais

13. Fortalecer as reuniões regionais de ministros da agricultura e os mecanismos de integração regional da agricultura para consulta, identificação de prioridades, coordenação de ações e adoção de políticas regionais em assuntos de interesse comum, em apoio à implementação das estratégias nacionais destinadas ao melhoramento da agricultura e da qualidade de vida das comunidades rurais.

Apoio dos organismos internacionais e agendas interinstitucionais

14. Reconhecer o apoio dos organismos internacionais ao processo ministerial para a implementação do Plano AGRO 2015 e expressar-lhes os nossos agradecimentos. Solicitamos que

continuem a envidar esse esforço, evitando a duplicação de ações e fortalecendo o trabalho interinstitucional e multissetorial. Reiterar nosso apelo, feito em 2001 e em 2003, às instituições internacionais de financiamento, a outros organismos regionais de cooperação e aos governos cooperantes para que se unam a esse esforço institucional, fortalecendo a ação conjunta em função das estratégias nacionais e regionais com vistas à implementação da agenda compartilhada do Plano AGRO 2015 e seu seguimento.

Sistema de informação sobre agricultura e vida rural

15. Apoiar o desenvolvimento de um sistema de informação sobre agricultura e vida rural com vistas ao seguimento e avaliação do Plano AGRO 2015. Nesse sentido, reconhecemos o esforço inicial envidado pela CEPAL, pelo IICA, pela OPAS, pela FAO e pela UNESCO na identificação de indicadores para o Plano AGRO 2015 e louvamos a recente incorporação da OIT a essa iniciativa. Solicitamos aos mencionados organismos internacionais que continuem a emprestar esse apoio e a outros organismos internacionais vinculados à agricultura e à vida rural que se juntem a nossa iniciativa, proporcionando informações, recursos e apoio técnico para pôr em funcionamento o sistema em 2007.
16. Reconhecendo a importância de desenvolver aferições e esquemas de avaliação apropriados sobre o avanço do Plano AGRO 2015, trabalharemos juntamente com os organismos internacionais na coleta de dados nacionais para alimentar o sistema de informação com vistas ao seguimento do Plano AGRO 2015. Da mesma forma, continuaremos a envidar esforços por definir medidas adequadas para avaliar o progresso do Plano AGRO.

*Assinado na Cidade de Guayaquil, República do Equador,
em trinta e um de agosto de dois mil e cinco.*

Antigua e Barbuda
Charlesworth T. Samuel

Argentina
Miguel Santiago Campos

Bahamas
V. Alfred Gray

Barbados
Erskine Griffith

Belize
Jaime David Burgos

Bolivia
Guillermo Ribera Cuellar

Brasil
Roberto Rodrigues Rodrigues

Canadá
Wayne Easter

Chile
Arturo Barrera Miranda

Colómbia
Fernando Arbeláez Soto

A series of handwritten signatures in blue ink, corresponding to the names listed on the left. The signatures are written on a white background with horizontal lines. The signatures are: Samuel (Antigua e Barbuda), Miguel Santiago Campos (Argentina), V. Alfred Gray (Bahamas), Erskine Griffith (Barbados), Jaime David Burgos (Belize), Guillermo Ribera Cuellar (Bolivia), Roberto Rodrigues Rodrigues (Brasil), Wayne Easter (Canadá), Arturo Barrera Miranda (Chile), and Fernando Arbeláez Soto (Colómbia).

Costa Rica
Rodolfo Coto Pacheco

[Handwritten signature]

Dominica
Randolph Cato

[Handwritten signature]

El Salvador
Mariano Ernesto Salaverría

[Handwritten signature]

Estados Unidos da América
William L. Brant

[Handwritten signature]

Grenada
Roland Bhola

Guatemala
Bernardo López Figueroa

[Handwritten signature]

Guiana
Satyadeow Sawh

[Handwritten signature]

Haiti
Philippe Mathieu

Honduras
Roberto Villeda Toledo

[Handwritten signature]

Jamaica
Roger Clarke

México
Víctor Manuel Villalobos

Nicarágua
José Augusto Navarro

Panamá
Erick Fidel Santamaría

Paraguai
Gustavo N. Ruíz Díaz Roa

Peru
Manuel Manrique Ugarte

República Dominicana
Amilcar Romero Portuondo

Santa Lúcia
Ignatius Jean

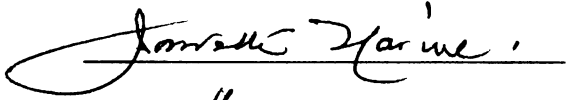
St. Kitts e Nevis
Cedric Roy Liburd

São Vicente e Granadinas
Girlyn Miguel

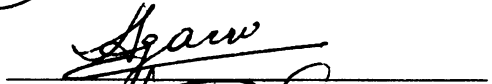
Suriname
Gerrit Arno Breinburg

A series of handwritten signatures in black ink, each written on a set of three horizontal lines. The signatures are: 1. A stylized signature with a large 'V' and 'M' for Víctor Manuel Villalobos. 2. A signature with 'JAN' for José Augusto Navarro. 3. A signature with 'Erick' for Erick Fidel Santamaría. 4. A signature with 'Gustavo' for Gustavo N. Ruíz Díaz Roa. 5. A signature with 'Manuel' for Manuel Manrique Ugarte. 6. A signature with 'Amilcar' for Amilcar Romero Portuondo. 7. A signature with 'Ignatius' for Ignatius Jean. 8. A signature with 'Cedric' for Cedric Roy Liburd. 9. A signature with 'Girlyn' for Girlyn Miguel. 10. A signature with 'Gerrit' for Gerrit Arno Breinburg.

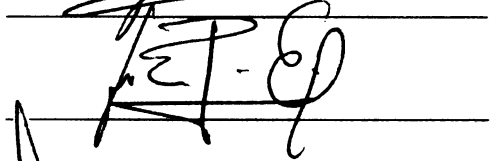
Trinidad e Tobago
Jarrette Narine



Uruguai
Ernesto Agazzi



Venezuela
Freddy Escalona

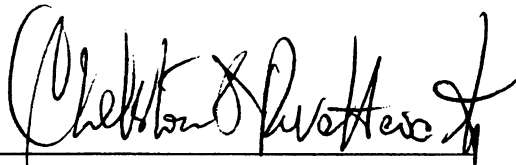


Pablo Rizzo Pastor
Ministro da Agricultura e Pecuária
Presidente da Terceira Reunião Ministerial

Testemunhas de Honra



Alfredo Palacio
Presidente de la República de Equador



Chelston W. D. Brathwaite
Diretor-Geral

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO
**IMPLEMENTAÇÃO E SEGUIMENTO DO
PLANO AGRO 2003-2015 EM PREPARAÇÃO
À QUARTA REUNIÃO MINISTERIAL**

A Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas,

Tendo visto:

O relatório da Secretaria sobre o processo ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, denominado “*Construyendo hoy la agricultura y vida rural del 2015: oportunidad para una renovada institucionalidad, acción conjunta y cooperación*”;

O “Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”, adotado por esta Terceira Reunião Ministerial; e

A Declaração de Nuevo León da Cúpula Extraordinária das Américas (Monterrey, 2004), em particular o mandato 43 sobre Agricultura e Vida Rural e o mandato 72 acerca da coordenação e do apoio dos organismos internacionais parceiros do processo de Cúpulas das Américas na implementação e seguimento dos mandatos das Cúpulas; e

Considerando:

Que a Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas constitui um elemento substantivo na implementação dos mandatos e na apresentação de insumos para as decisões de nossos dignitários;

Que o Plano AGRO 2015 é um acordo ministerial hemisférico com característica de mandato do processo de Cúpulas das Américas e

constitui a agenda compartilhada e as bases de referência para o desenvolvimento das estratégias nacionais e regionais destinadas ao melhoramento da agricultura e da vida rural;

Que os Delegados Ministeriais vêm exercendo, em seus respectivos países, um papel de coordenação na implementação da Agenda Hemisférica e na preparação dos relatórios de andamento;

Que o foro hemisférico dos Delegados Ministeriais, o Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA), vem desempenhando relevante papel no processo de formação de consenso com vistas à preparação do referido Plano e sua atualização; e

Que o IICA, na condição de Secretaria da Reunião Ministerial, apóia o Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA) e as Reuniões Ministeriais “Agricultura e Vida Rural nas Américas”,

Acorda:

1. Incumbir os Delegados Ministeriais e a Secretaria da Reunião Ministerial de difundir o Plano AGRO 2015 atualizado com o “Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”.
2. Encarregar os Delegados Ministeriais de, com o apoio da Secretaria da Reunião Ministerial, prepararem os relatórios nacionais sobre o cumprimento da Agenda Hemisférica 2006-2007 do Plano AGRO 2015, indicando os desafios deparados para implementar esse Plano.
3. Incumbir o foro hemisférico dos Delegados Ministeriais (GRICA) de atualizar a Agenda Hemisférica do biênio 2008-2009.
4. Encarregar a Secretaria da Reunião Ministerial de, com base nos relatórios dos Delegados Ministeriais, preparar um relatório sobre o cumprimento da Agenda Hemisférica e as ações que empreenda para assegurar a articulação do processo ministerial com o processo Cúpulas das Américas.

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO
**SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA SEGUIMENTO
DO PLANO AGRO 2003-2015**

A Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas,

Tendo visto:

O “Acordo Ministerial de Guaiquil para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas”, adotado por esta Terceira Reunião Ministerial, particularmente no que concerne ao desenvolvimento de um sistema de informação em agricultura e vida rural para seguimento do Plano AGRO 2015;

O relatório da Secretaria sobre o processo ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, denominado *“Construyendo hoy la agricultura y vida rural del 2015: oportunidad para una renovada institucionalidad, acción conjunta y cooperación”*; e

A apresentação da Secretaria sobre um sistema de informação para seguimento do Plano AGRO 2015, bem como os progressos obtidos mediante a ação conjunta da CEPAL, do IICA, da FAO, da OIT, da OPAS e da UNESCO; e

Considerando:

Que o Plano AGRO 2015 é implementado por meio das agendas hemisféricas bienais; e

Que é preciso acompanhar e avaliar os esforços envidados mediante um sistema de informação que inclua os aspectos de cumprimento dos acordos e seus efeitos no melhoramento da agricultura e da vida rural, bem como a opinião e as expectativas dos líderes,

Acorda:

1. Solicitar aos organismos internacionais que apoiaram o esforço inicial com vistas ao desenvolvimento de um sistema de informação para o seguimento do Plano AGRO 2015 e à Secretaria da Reunião Ministerial que continuem a envidar esse esforço coordenando ações destinadas a dar andamento ao sistema de informação para a Quarta Reunião Ministerial a realizar-se em 2007; instar, também, os organismos internacionais a somarem-se a essa iniciativa.
2. Solicitar à Secretaria-Geral da Reunião Ministerial que apresente essa experiência, juntamente com os organismos que participaram da iniciativa, à reunião do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas como contribuição à definição das metas e indicadores dos mandatos das Cúpulas das Américas.

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO
**PROPOSTA MINISTERIAL SOBRE AGRICULTURA E VIDA
RURAL À QUARTA CÚPULA DAS AMÉRICAS**

A Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do processo de Cúpulas das Américas,

Tendo visto:

A exposição do Senhor Luis Alberto Rodríguez, Diretor da Secretaria de Cúpulas das Américas da OEA; e

O consenso alcançado quanto à Proposta Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural à Quarta Cúpula das Américas; e

Considerando:

Que o diálogo e a formação de consenso com vistas à Declaração de Mar del Plata e seu Plano de Ação continuarão na reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC, 7 a 9 de setembro de 2005) e nas reuniões subseqüentes; e

Que é fundamental consolidar a posição que o tema agricultura e vida rural ocupou nas Cúpulas anteriores como forma de contribuir para a implementação do Plano AGRO 2015,

Acorda:

1. Incumbir o Presidente da Terceira Reunião Ministerial e a Secretaria de encaminhar à Presidência do GRIC a seguinte Proposta Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural:

Declaração de Mar del Plata:

Um quadro integral para o desenvolvimento rural e agrícola que promova o investimento, a geração de emprego e a prosperidade no

campo, como contribuição aos objetivos definidos nos parágrafos 1, 2 e 3 desta Declaração.

Plano de Ação

Impulsionaremos políticas de Estado e estratégias integradas para a agricultura capazes de promover a abertura comercial agrícola, investimentos no setor rural com vistas a contribuir para o seu desenvolvimento sustentável, a geração de empregos e o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, bem como a produção agropecuária com sanidade e inocuidade dos alimentos.

PANAMÁ 2003: SEGUNDA REUNIÃO MINISTERIAL

- Plano de Ação AGRO 2003-2015
para a Agricultura e a Vida Rural
nas Américas
- Implementação e Acompanhamento
do Plano de Ação AGRO 2003-2015

Os Chefes de Estado e de Governo
das Américas apóiam a implementação do
Plano de Ação AGRO 2003-2015

Comprometemo-nos a manter um esforço sustentado para melhorar as condições de vida das populações rurais, promovendo os investimentos e criando um ambiente favorável que facilite a melhoria sustentada da agricultura, a fim de que este contribua para o desenvolvimento social, a prosperidade rural e a segurança alimentar. Nesse contexto, apoiamos a implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas, aprovado na Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, realizada na Cidade do Panamá em novembro de 2003.

**Cúpula Extraordinária das Américas
Parágrafo 43, Declaração de Nuevo León**



Segunda Reunião Ministerial - 2003



Na Segunda Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros da Agricultura adotaram o **Plano de Ação AGRO 2003-2015** para a **Agricultura e a Vida Rural das Américas** (Panamá, 11-12 de novembro de 2003).

Democracia e desenvolvimento econômico e social são interdependentes e reforçam-se mutuamente, como condições fundamentais para combater a pobreza e a desigualdade. Não pouparemos esforços para libertar nossos cidadãos das condições degradantes da pobreza extrema.

- *Renovamos o compromisso de empreender ainda maiores esforços para alcançar as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente, em particular a redução em 50%, até o ano 2015, da proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema.*
- *Comprometemo-nos a promover programas que aprimorem a agricultura, a vida rural e o agro-comércio como uma contribuição essencial à redução da pobreza e ao fomento do desenvolvimento integral.*

**Terceira Cúpula das Américas, 2001
Parágrafos 19 e 20, Declaração da Cidade de Québec**



Apresentação

Com o intuito de promover a ampla difusão dos acordos ministeriais hemisféricos sobre agricultura e vida rural, temos a satisfação de pôr esta publicação ao alcance dos líderes e atores chave do setor agrícola e das diversas organizações que tratam do desenvolvimento desse setor.

55

Esperamos que os valiosos e prospectivos acordos ministeriais aqui apresentados, que visam à aplicação do Plano de Ação AGRO 2003-2015, somados ao apoio recebido nesse sentido dos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Extraordinária das Américas, contribuam significativamente para o fortalecimento do trabalho conjunto, para o incentivo aos investimentos e para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, à segurança alimentar e à promoção da prosperidade rural nos países das Américas.

A execução da Agenda Hemisférica do primeiro biênio 2004-2005 do referido Plano proporciona a oportunidade para que sejam cumpridos os mandatos presidenciais. Na Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, a realizar-se em 2005, tal como acordaram os Ministros da Agricultura, deverá ser adotada a Agenda Hemisférica do segundo biênio do Plano, 2006-2007, à luz dos relatórios que apresentem os governos nacionais sobre o progresso alcançado na implementação da primeira Agenda.

Além disso, e tendo em vista o anteriormente exposto, cabe informar aos Presidentes e Primeiros-Ministros como estão sendo atendidos os mandatos em matéria de agricultura e vida rural emanados das últimas Cúpulas (Cidade de Québec, 2001 e Monterrey, 2004) e elaborar as propostas a fim de que na Quarta Cúpula das Américas (Argentina, 2005) sejam adotadas as decisões necessárias para que continuemos a avançar no melhoramento da agricultura e da vida rural nas Américas.



Lynette M. Stanzola A.

*Ministra do Desenvolvimento Agropecuário do
Panamá
Presidente da Segunda Reunião Ministerial*



Salvador Urrutia Loucel

*Ministro da Agricultura e
Pecuária de El Salvador
Vice-Presidente da Segunda Reunião Ministerial*



Chelston W. D. Brathwaite

*Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Secretaria da Reunião Ministerial*

O Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas inclui acordos alcançados por consenso sobre estes quatro componentes complementares:

- a **Visão Compartilhada da Agricultura e da Vida Rural em 2015** é uma caracterização do futuro desejado em termos do contexto nacional e internacional, dos territórios rurais e das cadeias agroprodutivo-comerciais;
- os **Objetivos Estratégicos** têm por propósito focalizar os esforços dos líderes da Comunidade da Agricultura e da Vida Rural das Américas;
- a **Agenda Hemisférica 2003-2005** é a primeira de seis agendas bienais que contém uma série de ações estratégicas a serem impulsionados pelos governos juntamente com os atores do setor agrícola e outros responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e o melhoramento da vida rural;
- a **Implementação e o Acompanhamento** compreendem acordos sobre a elaboração de relatórios nacionais de andamento, a atualização da Agenda Hemisférica do período subsequente e a definição de medidas para mostrar o avanço do Plano. Ademais, os Ministros instam os parceiros institucionais do Processo de Cúpulas das Américas a continuarem a envidar esforços em apoio à implementação de seus acordos e conclamam as instituições internacionais de financiamento e os governos cooperantes a coordenarem suas estratégias em função da Agenda Hemisférica.

O Plano está estreitamente vinculado aos grandes propósitos e objetivos da Declaração Ministerial de Bávaro. Portanto, fundamenta-se numa **concepção sistêmica de agricultura e vida rural** que abarca os territórios rurais, as cadeias agroprodutivo-comerciais e o contexto nacional e internacional. Isso tudo somado a um **enfoque de desenvolvimento sustentável** que leva em conta as diferenças entre países e regiões do Hemisfério nas dimensões produtivo-comercial, ecológico-ambiental, sociocultural e de desenvolvimento humano e político-institucional.

RM2/AMH2-2003
12 novembro 2003

PLANO DE AÇÃO "AGRO 2003-2015" PARA A AGRICULTURA E A VIDA RURAL DAS AMÉRICAS

Nós, Ministros e Secretários da Agricultura das Américas, reunidos na Cidade do Panamá, República do Panamá (11 e 12 de novembro de 2003), na qualidade de Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, no cumprimento dos mandatos sobre agricultura e vida rural formulados pelos Chefes de Estado e de Governo em sua Terceira Cúpula das Américas, e em cumprimento da Declaração Ministerial de Bávaro por nós aprovada em nossa Primeira Reunião Ministerial, realizada na República Dominicana em 2001, adotamos o seguinte Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas, que inclui a Agenda Hemisférica 2003-2005.

A elaboração do Plano foi por nós fundamentada numa concepção sistêmica da agricultura e da vida rural que compreende os territórios rurais, as cadeias agroprodutivo-comerciais e o contexto nacional e internacional, e no enfoque do desenvolvimento sustentável que leva em conta as diferenças entre países e regiões do Hemisfério nas dimensões produtivo-comercial, ecológico-ambiental, sociocultural e de desenvolvimento humano e político-institucional.

1. A Visão Compartilhada 2015

Projetando-nos no ano de 2015, observamos a agricultura e a vida rural caracterizadas da seguinte maneira:

Contexto nacional e internacional

1. As políticas macroeconômicas facilitam a efetiva gestão de um processo de desenvolvimento da agricultura que promove o melhoramento da vida rural e permite o maior acesso a serviços

eficientes, tecnologias novas e apropriadas, melhor infra-estrutura, sistemas de informação de fácil manuseio e mercados transparentes.

2. O comércio agropecuário se dá sob um contexto internacional menos distorcido pelos subsídios e pelas barreiras ao acesso ao mercado.
3. A agricultura é reconhecida como um componente chave dos sistemas de saúde e segurança alimentar e de importância estratégica para o desenvolvimento.

Territórios rurais

4. A economia rural compreende dinâmicas tanto agrícolas como não-agrícolas que se baseiam numa ação coordenada de atores públicos e privados. Conta com organizações, instituições e empresas com capacidade de inovação. Dispõe de eficientes serviços de apoio e melhor acesso à tecnologia para a produção e o comércio. Gera bens e serviços com níveis de produção e produtividade consoantes com as exigências dos mercados nacionais e mundiais.
5. Na agricultura são utilizadas práticas e tecnologias ecologicamente corretas que contribuem para o manejo sustentável dos recursos naturais.
6. A pobreza rural foi reduzida significativamente em consonância com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. A qualidade de vida dos habitantes das comunidades rurais melhorou, bem como os níveis e oportunidades de emprego.
7. Os diferentes segmentos sociais e produtivos do setor rural dispõem de espaços democráticos para a reflexão e o diálogo e de mecanismos para sua plena participação na definição e execução de ações voltadas para a melhoria das condições da vida rural.

Cadeias Agroprodutivo-Comerciais

8. A agricultura constitui-se de cadeias agroprodutivo-comerciais cujos elos agregam valor. Conta com mecanismos de negociação

entre os diferentes atores que lhes permitem dialogar sobre vários aspectos da distribuição dos benefícios globais.

9. A agricultura proporciona produtos inócuos, saudáveis e de alta qualidade e conta com serviços de apoio eficientes e competitivos.
10. As cadeias agroprodutivo-comerciais utilizam sistemas e tecnologias que atenuam os efeitos de desastres naturais e emergências sanitárias e fitossanitárias.
11. As cadeias agroprodutivo-comerciais contam com sistemas de informação que dinamizam o conhecimento e os processos de aprendizagem, facilitando o manejo dos riscos da agricultura e contribuindo para a operação de sistemas eficientes de segurança alimentar.

2. Os Objetivos Estratégicos

Para alcançar a Visão Compartilhada 2015 e concentrar os esforços dos líderes da Comunidade da Agricultura e da Vida Rural das Américas reiteramos nosso compromisso, assumido na Declaração Ministerial de Bâvaro, com os objetivos estratégicos da **Prosperidade Rural, da Segurança Alimentar, da Posição Internacional e Integração Regional da Agricultura, da Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos e do Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural.**

3. A Agenda Hemisférica: Capítulo 2003-2005

Para avançar rumo à Prosperidade Rural, à Segurança Alimentar e ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural, comprometemo-nos, conforme o estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas (Plano de Ação - Seção 10 - Mandato 1), a promover, juntamente com os atores do agro e outros vinculados com o desenvolvimento da agricultura e da vida rural, as seguintes ações estratégicas:

Contexto nacional e internacional

Dimensão produtivo- comercial

1. Apoiar uma reforma real e significativa na agricultura mediante o fortalecimento das normas multilaterais que regulam o comércio agropecuário, conforme foi acordado em Doha, incluindo melhorias significativas no acesso aos mercados; redução com vistas à eliminação de todas as formas de subsídios de exportação e reduções substanciais das ajudas internas que distorcem o comércio. Apoiar o estabelecimento de áreas de livre comércio no Hemisfério e em outros foros regionais ou sub-regionais. Apoiar o desenvolvimento de capacidades e a cooperação técnica para a consecução desses objetivos e participar nesse processo.
2. Atribuir alta prioridade às políticas regionais de saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade dos alimentos, fortalecendo os sistemas nacionais e regionais e reafirmando seu compromisso com as organizações competentes, reconhecidas pelo Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e com as organizações internacionais pertinentes (Codex Alimentarius, Organização Internacional de Epizootias-OIE, Convenção Internacional sobre Proteção Fitossanitária-CIPF) e com as organizações regionais.
3. Promover condições econômicas e sociais propícias ao desenvolvimento de agronegócios, geração de emprego, integração das cadeias agroprodutivo-comerciais e sua participação no contexto mundial.
4. Estimular a micro, pequena e média empresa rural, cooperativas e grupos comunitários dedicados à produção agropecuária, agroindústria e serviços rurais.
5. Incentivar o cooperativismo como forma de melhorar a organização da produção e comercialização, bem como a renda rural.
6. Apoiar programas que incentivem o investimento privado interno e externo no meio rural, fomentando a adoção de medidas legais que dêem segurança ao investidor.

7. Incentivar o estabelecimento de prioridades e a revitalização das capacidades de pesquisa mediante a coordenação entre agricultores, centros de pesquisa e serviços agrícolas e facilitar o acesso a tecnologias inovadoras que sejam adaptáveis e práticas, vinculadas diretamente com os sistemas de produção, processamento e comercialização.
8. Facilitar o acesso a novas tecnologias para aumentar a produtividade e estabelecer um mecanismo hemisférico com vistas a alcançar a melhor compreensão da ciência e da segurança dos produtos biotecnológicos, inclusive a criação de bases de dados. Considerar o desenvolvimento da biotecnologia e sua aplicação na agricultura sob uma visão estratégica sustentável.
9. Apoiar as ações conducentes ao cumprimento das normas internacionais de sanidade agropecuária.

Dimensão ecológico-ambiental

10. Promover a agricultura orgânica, bem como normas sobre a produção, vigilância, controle e certificação da qualidade e do comércio de produtos orgânicos.
11. Colaborar com as autoridades nacionais pertinentes na atualização das normas ambientais para a agricultura e no fortalecimento da coordenação público-privada para a gestão ambiental.
12. Incentivar a participação ativa de líderes da agricultura e da comunidade rural nas discussões nacionais referentes às negociações internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
13. Promover a formação de uma rede hemisférica especializada em alerta precoce e monitoração agrometeorológica para a atenuação de desastres naturais mediante esforços conjuntos de instituições públicas e privadas no Hemisfério.

Dimensão sociocultural e humana

14. Incentivar programas de desenvolvimento rural com equidade de gênero, levando em conta o aspecto multicultural, quando pertinente, atribuindo atenção especial a diferentes grupos etários para melhorar as condições de vida da população rural.
15. Promover a capacitação agropecuária e rural e recomendar às autoridades competentes a avaliação e o credenciamento das disciplinas de educação agrícola.

Dimensão político-institucional

16. Fortalecer os mecanismos de cooperação entre os países nas áreas de cooperação técnica, conhecimento, informação e experiências que contribuam para a modernização da agricultura e da vida rural.
17. Promover oportunidades adicionais para a cooperação com atores interessados nos setores agrícolas e não-agrícolas e com a sociedade civil, assegurando que as instituições agrícolas tenham suficiente capacidade para alcançar esses objetivos.
18. Fortalecer a interação regional e hemisférica entre ministérios e secretarias de agricultura, entre organismos internacionais e entre ambos.

Territórios rurais

Dimensão produtivo- comercial

19. Promover condições que estimulem, no meio rural, o desenvolvimento da infra-estrutura necessária, empresas competitivas e o incremento dos investimentos que melhorem a vida no campo.
20. Promover sistemas inovadores de serviços financeiros e não-financeiros e de gestão de riscos para o meio rural.

21. Promover a segurança alimentar mediante o aumento da produtividade, maior acesso ao mercado por meio da melhor distribuição e da produção de alimentos inócuos e nutritivos, bem como da produção e do consumo de produtos que ofereçam maiores vantagens comparativas, considerando os aspectos sociais e econômicos.
22. Melhorar a conectividade rural e o acesso à informação mediante o estabelecimento de sistemas de redes de informação entre as comunidades.
23. Promover maior articulação entre os produtores, centros de pesquisa e serviços agropecuários públicos e privados, tendo em vista a definição de prioridades e a implementação de atividades nas áreas da pesquisa e da transferência de tecnologia.

Dimensão ecológico-ambiental

24. Aumentar a compreensão do impacto ambiental dos sistemas agropecuários convencionais e das tecnologias de produção apropriadas aos sistemas agroecológicos.
25. Promover o acesso a práticas agropecuárias, florestais e pesqueiras sustentáveis sob a ótica do meio ambiente, bem como a sua adoção, incluindo alternativas agroecológicas e orgânicas.
26. Apoiar o melhor entendimento e facilitar o diálogo e o trabalho em prol do consenso hemisférico no que diz respeito aos vínculos entre biodiversidade e agricultura no contexto dos acordos nacionais e internacionais.
27. Fortalecer as capacidades nacionais e locais para a atenuação de desastres naturais.
28. Promover a agricultura sustentável sob uma visão agroecológica ampliada e inovadora baseada no ordenamento dos territórios rurais, na diversificação e no uso não-alimentar da produção agrícola.

29. Incentivar o diálogo e colaborar com outros setores ligados à vida rural com vistas ao desenvolvimento de atividades que vinculem a agricultura com outras atividades não-agrícolas, tais como agroturismo, ecoturismo e serviços ambientais.

Dimensão sociocultural e humana

30. Apoiar a interação e coordenação público-privada no sentido do fortalecimento das capacidades nacionais para a ação estratégica, o diálogo e a negociação.
31. Melhorar o sistema educacional agrícola e promover o aprimoramento da educação da população rural.
32. Promover medidas apropriadas de proteção social para famílias rurais economicamente vulneráveis.
33. Promover a participação da população rural, considerando sua diversidade cultural na formulação e aplicação de estratégias de desenvolvimento rural.
34. Propiciar políticas que apóiem o acesso a recursos tais como terra, crédito, informação de mercado e serviços diversos.

Dimensão político-institucional

35. Apoiar a participação das comunidades rurais nas decisões que afetam sua vida e o ambiente em que vivem, em especial no sentido de desenvolver suas capacidades, habilidades de liderança e sua participação em programas governamentais.

Cadeias Agroprodutivo-Comerciais

Dimensão produtivo- comercial

36. Promover o fortalecimento da articulação das cadeias agroprodutivo-comerciais e a ampliação da infra-estrutura para o desenvolvimento.

37. Promover programas de pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos que utilizam matéria-prima nacional que lhes agreguem valor.

Dimensão ecológico-ambiental

38. Promover a gestão ambiental nos elos das cadeias agroprodutivo-comerciais.

Dimensão sociocultural e humana

39. Promover o desenvolvimento de capacidades empresariais entre os diferentes grupos sociais e culturais da comunidade rural.

Dimensão político- institucional

40. Apoiar sistemas institucionais para facilitar o diálogo e a negociação entre todos os atores das cadeias agroprodutivo-comerciais.

4. Implementação e Acompanhamento

O Plano de Ação AGRO 2003-2015 reflete a intenção dos países membros de trabalhar para o alcance da visão compartilhada, no entendimento de que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada e no reconhecimento de que são eles os responsáveis por executar o Plano de Ação à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

1. A Agenda Hemisférica 2003-2005 é a primeira de seis agendas bienais por meio das quais será implementado o Plano de Ação AGRO 2003-2015. Os governos dos países encaminharão relatórios sobre seu progresso na implementação de cada agenda bienal à Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural que se realiza no final de cada período e usarão esses relatórios para atualizar a agenda do período subsequente.

2. Reconhecemos os esforços que vêm envidando o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI) e o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) em apoio a esse processo. Instamos essas instituições a prosseguirem tais esforços e reiteramos nosso apelo, constante no parágrafo 20 da Declaração Ministerial de Bávaro, às demais instituições associadas ao Processo de Cúpulas das Américas, às instituições internacionais de financiamento – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Banco Mundial – e aos governos cooperantes no sentido de que venham somar-se a esse esforço para que coordenem suas estratégias em função da implementação da agenda compartilhada do Plano de Ação AGRO 2003-2015.
3. Ademais, incumbimos nossas delegadas e delegados de definir indicadores apropriados para o acompanhamento deste Plano de Ação.

Assinado na Cidade do Panamá, República do Panamá, aos doze dias do mês de novembro do ano dois mil e três.

Antígua e Barbuda
Winston D. Burleigh



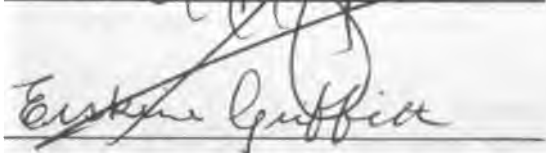
Argentina
Miguel Santiago Campos



Bahamas
V. Alfred Gray



Barbados
Erskine Griffith



Belize
Servulo Baeza

Bolivia
Diego Montenegro Ernst

Brasil
Edilson Guimarães

Canadá
David Adam

Chile
Jaime Campos Quiroga

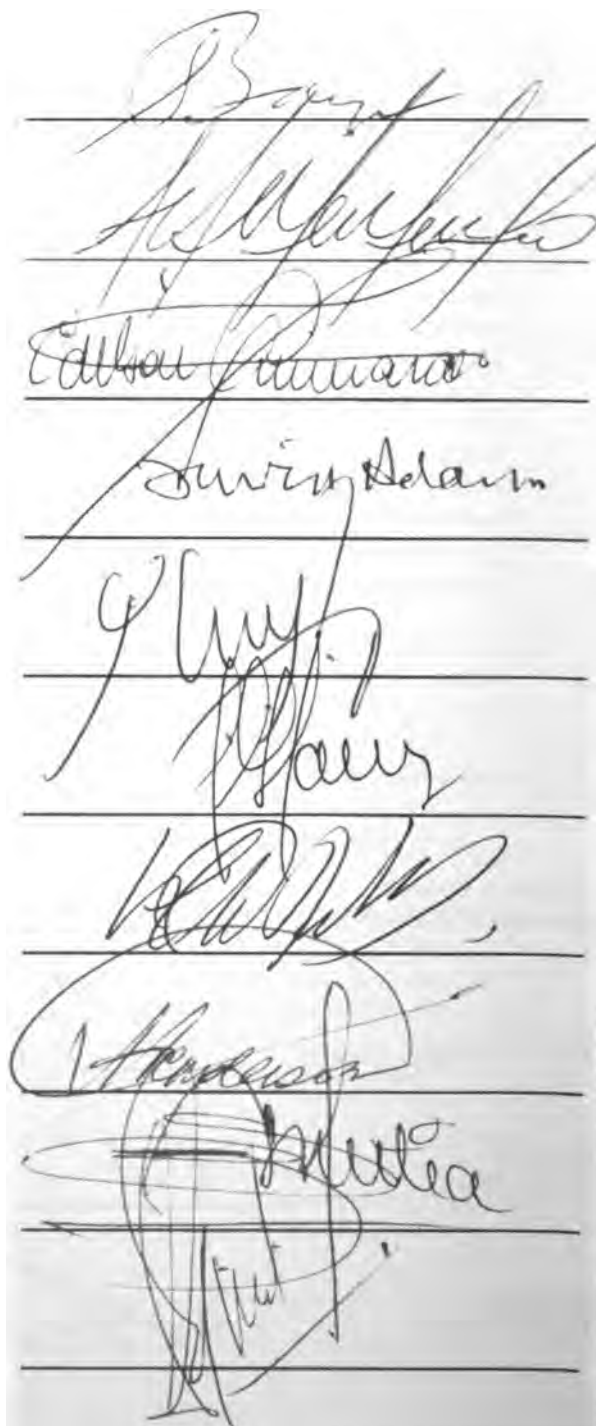
Colômbia
Carlos Gustavo Cano

Costa Rica
Rodolfo Coto Pacheco

Dominica
Vince Henderson

El Salvador
Salvador E. Urrutia Loucel

Equador
Sergio Seminario



Handwritten signatures corresponding to the names listed on the left:

- Signature 1: Servulo Baeza
- Signature 2: Diego Montenegro Ernst
- Signature 3: Edilson Guimarães
- Signature 4: David Adam
- Signature 5: Jaime Campos Quiroga
- Signature 6: Carlos Gustavo Cano
- Signature 7: Rodolfo Coto Pacheco
- Signature 8: Vince Henderson
- Signature 9: Salvador E. Urrutia Loucel
- Signature 10: Sergio Seminario

Estados Unidos da América
James G. Butler

James G. Butler

Grenada
Malachy Dottin

Malachy Dottin

Guatemala
Carlos Sett Oliva

Carlos Sett Oliva

Guiana
Satyadeow Sawh

Satyadeow Sawh

69

Haiti
Sébastien Hilaire

Sébastien Hilaire

Honduras
German Pérez
D'estephén

German Pérez D'estephén

Jamaica
Roger Clarke

Roger Clarke

México
Víctor Manuel Villalobos
Arámbula

Víctor Manuel Villalobos Arámbula

Nicarágua
José Augusto Navarro
Flores

José Augusto Navarro Flores

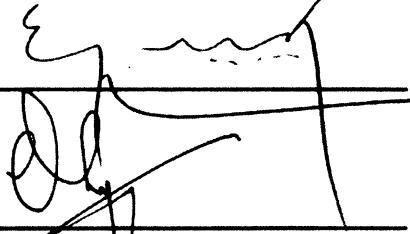
Paraguai
Antonio Ibáñez Aquino

Antonio Ibáñez Aquino

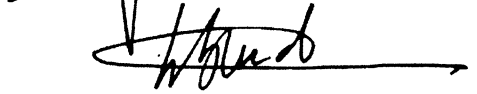
Peru
Francisco González García



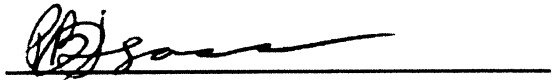
República Dominicana
Eligio Jáquez



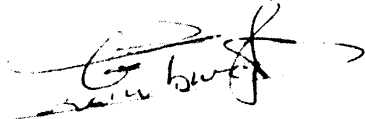
Santa Lúcia
Calixte George



St. Kitts e Nevis
Cedric Roy Liburd

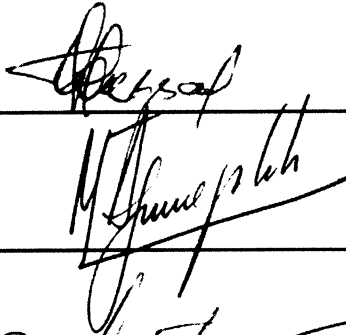


São Vicente e Granadinas
Philmore Isaacs



Suriname
Gerrit Arno Breinburg

Trinidad e Tobago
Trevor W. Murray



Uruguai
Martín Aguirrezabala

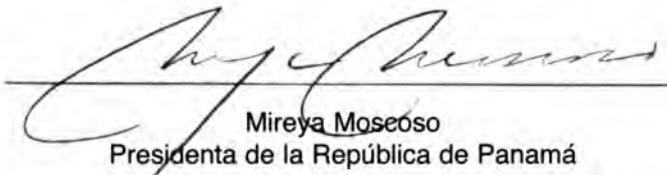
Venezuela
Héctor Garzón





Lynette M. Stanziola Apolayo
Ministra do Desenvolvimento Agropecuário da República do Panamá
Presidenta da Segunda Reunião Ministerial

Testemunhas de Honra

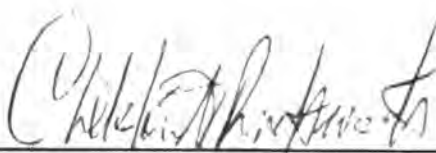


Mireya Moscoso
Presidenta de la República de Panamá

71



Harmodio Arias
Ministro das Relações Exteriores



Chelston W. D. Brathwaite
Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

RM2/AMH3-2003
13 novembro 2003

ACORDO MINISTERIAL HEMISFÉRICO
**IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO
PLANO AGRO 2003-2015**

A Junta Interamericana de Agricultura, na Décima Segunda Reunião Ordinária,

Considerando:

Que, mediante o Processo de Cúpulas das Américas e dos acordos ministeriais que implementam as decisões dos Chefes de Estado e de Governo, vem sendo construída uma nova arquitetura institucional para alcançar: (i) o crescimento econômico com equidade, (ii) o desenvolvimento social e (iii) a governabilidade democrática;

Que a Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, possibilitou o alcance de consenso a respeito de temas estratégicos para a agricultura e a vida rural;

Que, nesse contexto, o Plano de Ação AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural das Américas (Plano de Ação AGRO 2003-2015), que emana como principal resultado da Segunda Reunião Ministerial, constitui a agenda compartilhada que deverá ser seguida por nossos países no desenvolvimento de planos de ação nacionais e regionais;

Que o Foro Hemisférico de Delegados Ministeriais, Grupo de Implementação e Coordenação dos Acordos sobre Agricultura e Vida Rural (GRICA), vem desempenhando papel protagônico no processo de análise, discussão e formação de consenso entre os países do Hemisfério na preparação do referido Plano de Ação;

Que o IICA, na condição de parceiro institucional do Processo de Cúpulas das Américas, vem apoiando os países na implementação dos

mandatos dos Chefes de Estado e de Governo e servindo de vínculo com os mecanismos de acompanhamento do Processo de Cúpulas das Américas e que, além disso, no exercício da Secretaria da Reunião Ministerial, empresta apoio ao GRICA e às Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural;

Que, ao ensejo da Reunião de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada em 2000 em Nova Orleans, Estados Unidos, com a participação dos Ministros da Agricultura do Hemisfério, foi constituído o Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural como uma rede de trabalho hemisférica cujo propósito é complementar a ação dos organismos que o integram, principalmente no sentido de implementar projetos conjuntos de capacitação, cooperação técnica e investimento em nível nacional e regional, bem como gerar e difundir informação relevante para o desenvolvimento das economias rurais dos países da América Latina e do Caribe; e

Que os Ministros da Agricultura participam em quatro foros sobre agricultura e desenvolvimento rural, quais sejam, a Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, a Junta Interamericana de Agricultura, a Reunião Regional da FAO para a América Latina e o Caribe e a Reunião Ibero-Americana de Ministros da Agricultura,

Resolve:

1. Incumbir o IICA de continuar a apoiar os Ministros da Agricultura no processo de implementação do Plano de Ação AGRO 2003-2015.
2. Incumbir os Delegados Ministeriais e seu foro hemisférico (GRICA) de, com o apoio da Secretaria da Reunião Ministerial, apresentar à Terceira Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural um relatório de progresso sobre a Agenda Hemisférica 2003-2005 do Plano de Ação AGRO 2003-2015 e a proposta de sua atualização.
3. Solicitar ao Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural, constituído pelo Banco Mundial, BID, CEPAL, FAO, FIDA, GTZ, IICA e USAID, que formule uma proposta de agenda interinstitucional com vistas a alinhar paulatinamente a cooperação internacional em apoio às ações estabelecidas na Agenda Hemisférica do Plano de Ação AGRO 2003-2015.

4. Adotar o Plano de Ação AGRO 2003-2015 como a Agenda Compartilhada a ser utilizada como instrumento para a ação conjunta e solidária dos países do Hemisfério nos quatro foros ministeriais onde é tratado o apoio à transformação da agricultura e ao melhoramento da vida rural.

BÁVARO 2001: PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL

- Declaração de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas

Nossos Governos:

Reconhecendo a importância fundamental da agricultura como meio de vida para milhões de famílias das zonas rurais do Hemisfério, bem como seu papel como um setor estratégico na geração de prosperidade em nosso sistema socioeconômico, e levando em consideração a importância de desenvolver seu potencial de uma maneira compatível com o desenvolvimento sustentável, de modo a garantir um tratamento e atenção adequados ao setor rural:

- *promoverão o diálogo que inclua ministros, parlamentares e a sociedade civil, em particular organizações ligadas a áreas rurais, assim como as comunidades acadêmicas e científicas, visando à promoção de estratégias nacionais de médio e longo prazo para o aperfeiçoamento sustentável da agricultura e da vida rural;*
- *instruirão os Ministros da Agricultura, e em colaboração com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no sentido de promover a ação conjunta de todos os atores do setor agrícola no aperfeiçoamento da vida agrícola e rural que possibilite a implementação dos Planos de Ação das Cúpulas das Américas.*

**Terceira Cúpula das Américas, 2001
Item 10, Plano de Ação**

Primeira Reunião Ministerial - 2001



Na Primeira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas” no contexto do Processo de Cúpulas das Américas, os Ministros da Agricultura adotaram a ***Declaração Ministerial de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas*** (República Dominicana, 26-27 de novembro de 2001).

Na Declaração de Bávoro, os Ministros da Agricultura assumiram um compromisso com o mandato da Terceira Cúpula das Américas, no sentido de promover a ação conjunta de todos os atores do setor agrícola para o melhoramento da agricultura e da vida rural. Além disso, identificaram as questões críticas que cumpre considerar com urgência e expressaram a convicção e vontade de impulsionar uma agenda compartilhada por seus países com tal propósito.

Entre os temas considerados essenciais pelos Ministros da Agricultura, destaca-se a necessidade de avançar significativamente quanto ao seguinte:

- o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural;
- a segurança alimentar;
- e a redução da pobreza rural,

mediante dez tipos de ações estratégicas, a saber:

- i) intensificação da liberalização do comércio agrícola;
- ii) fortalecimento do diálogo e da concertação de estratégias;
- iii) estabelecimento de um quadro institucional favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural;
- iv) apoio às organizações e comunidades rurais para o aprimoramento de suas capacidades;
- v) eliminação das distorções antiagrícolas nas políticas e o reconhecimento, nessas políticas, da contribuição ampliada da agricultura para o bem-estar da sociedade;
- vi) estímulo à agricultura tecnologicamente acessível;
- vii) prevenção e mitigação dos desastres naturais e das emergências sanitárias e fitossanitárias;
- viii) aumento do investimento na formação do capital humano;
- ix) redução das brechas de conhecimento, informação e tecnologia; e
- x) modernização da agricultura e fortalecimento dos serviços de apoio à produção e ao comércio agroalimentares.

Também instaram as instituições internacionais de cooperação e financiamento para o desenvolvimento e os governos cooperantes a coordenarem suas estratégias de apoio e harmonizarem seus esforços de apoio técnico e financeiro com vistas à implementação da Declaração Ministerial de Bávoro.

**DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE BÁVARO
PARA O MELHORAMENTO DA AGRICULTURA E
DA VIDA RURAL NAS AMÉRICAS**

1. Nós, Ministros da Agricultura das Américas, reunidos em Bávaro, República Dominicana, como Junta Interamericana de Agricultura (JIA), reiteramos o nosso firme compromisso com o mandato emanado da Terceira Cúpula das Américas no sentido de promover uma ação conjunta de todos os atores do setor agropecuário, destinada ao melhoramento da agricultura e da vida rural.

Conscientes de:

2. Que foi renovado o compromisso com a integração hemisférica, o bem-estar econômico, a segurança de nossos povos, o fortalecimento da democracia, a geração de prosperidade, a proteção do ambiente e o desenvolvimento do potencial humano, e de que a agricultura é reconhecida como o meio de vida de milhões de famílias rurais do Hemisfério, por sua contribuição para a segurança alimentar e por sua importância estratégica no sistema socioeconômico.
3. Que, em decorrência das consultas realizadas a outros líderes das Comunidades da Agricultura e da Vida Rural de nossos países, obtivemos consensos em nível nacional e o espírito de colaboração e apoio quanto à necessidade de serem implementadas estratégias de médio e longo prazo com vistas ao melhoramento sustentável da agricultura e da vida rural.

Consideramos essencial:

4. Avançar na consecução dos objetivos de liberalização do comércio agrícola e de eliminação dos subsídios e práticas comerciais desleais nas negociações multilaterais da Organização

Mundial do Comércio (OMC) e nas de outros foros hemisféricos e sub-regionais, apoiando a formação de áreas de livre comércio e de acordos de integração nas Américas.

5. Atribuir alta prioridade às políticas nacionais de segurança alimentar, inocuidade e qualidade dos alimentos.
6. Criar e fortalecer espaços institucionais de diálogo entre os diferentes níveis de governo, as organizações empresariais e de produtores e a sociedade civil, a fim de acordar estratégias e compromissos na gestão da agricultura e do desenvolvimento rural, num contexto de transparência e responsabilidade.
7. Renovar as estruturas institucionais, nacionais e internacionais a fim de que contribuam para o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, tendo por base objetivos de maior competitividade, equidade, manejo sustentável dos recursos naturais e governança democrática.
8. Fortalecer ou desenvolver mecanismos institucionais destinados a apoiar as organizações da sociedade civil e as comunidades rurais no aprimoramento de suas capacidades e condições de vida, uma vez que constituem um dos alicerces dos princípios democráticos e da harmonia social.
9. Formular e implementar políticas macroeconômicas que eliminem distorções prejudiciais para a agricultura, incentivem a ampla contribuição da agricultura e reconheçam a necessidade de melhorar a qualidade da vida rural.
10. Impulsionar processos de transformação e modernização da agricultura que aumentem a produção, a produtividade e a rentabilidade e melhorem a competitividade nos mercados mundiais, enfatizando, de modo especial, a criação e revitalização das pequenas e médias unidades de produção e a integração das cadeias agroalimentares.
11. Fazer com que a agricultura gere crescimento econômico com equidade e proporcione alternativas para a substituição

dos cultivos ilícitos, evite a degradação dos recursos naturais e crie oportunidades de emprego para os grupos vulneráveis em consonância com as respectivas legislações nacionais.

12. Reduzir as brechas de conhecimento, informação e tecnologia dentro dos países do Hemisfério e entre eles, a fim de alcançar maior competitividade e desenvolvimento econômico mais equitativo.
13. Adotar estratégias, políticas e programas para reduzir a crescente incidência da pobreza rural que, além de afetar os que dela padecem, contribui para a degradação dos recursos naturais, instiga a violência, induz à produção e comercialização de cultivos ilícitos, gera insegurança na posse da terra e enfraquece a governança democrática.
14. Reduzir os efeitos negativos dos fenômenos naturais e de fatores externos mediante políticas para a prevenção e mitigação de desastres naturais e emergências sanitárias e fitossanitárias, promovendo programas de apoio solidário e considerações especiais para o investimento, comércio, assistência técnica e outras formas de apoio, principalmente às economias de menor escala.
15. Implementar estratégias e programas diferenciados que aumentem as possibilidades de desenvolvimento da agricultura mediante maiores investimentos na formação do capital humano com destaque para os grupos vulneráveis.
16. Intensificar os esforços voltados para a utilização de práticas agropecuárias ecologicamente corretas e retribuí-las economicamente mediante mecanismos que não distorçam o comércio.
17. Fortalecer e ampliar os serviços de apoio à produção e ao comércio agroalimentares, com ênfase especial no financiamento rural, na sanidade agropecuária e na inovação e transferência de tecnologia, mediante a adoção e implementação de políticas, estratégias e programas de ação

que contribuam para assegurar os investimentos destinados à produção agropecuária e agroindustrial.

Portanto, em consonância com o mandato recebido dos Chefes de Estado e de Governo em seus esforços por combater a pobreza, gerar maior prosperidade, aumentar as oportunidades econômicas, promover a justiça social e desenvolver o potencial humano,

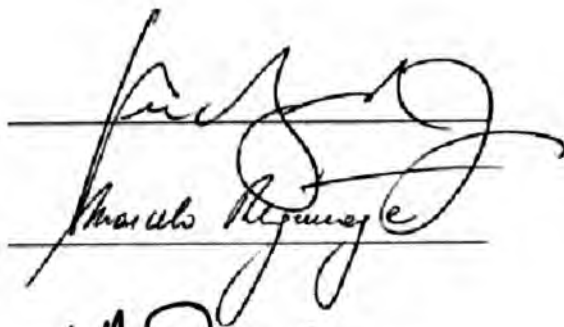
Declaramos nossa intenção de:

18. Conduzir e facilitar o processo de implementação desta Declaração e obter consenso quanto às diretrizes estratégicas de uma agenda compartilhada a serem aplicadas por nossos países no desenvolvimento de futuros planos de ação nacionais e regionais.
19. Adotar políticas, estratégias e programas de ação que propiciem o desenvolvimento harmônico e eqüitativo, bem como o melhoramento da qualidade de vida nas zonas rurais, desestimulando a migração rural-urbana.
20. Instar as instituições vinculadas ao Processo de Cúpulas das Américas, as instituições internacionais de financiamento e os governos cooperantes a coordenarem suas estratégias de apoio às ações destinadas ao melhoramento da agricultura e da vida rural.

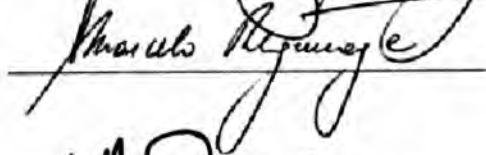
Ademais, formulamos apelo aos organismos internacionais de cooperação que constituíram o Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural na América Latina e no Caribe no sentido de que harmonizem seus esforços de cooperação técnica e financeira em apoio a esta Declaração e aos futuros planos de ação nacionais e regionais que com ela guardem relação.

Expedida em Bávaro, Província de Altagracia, República Dominicana, em vinte e sete de novembro de dois mil e um.

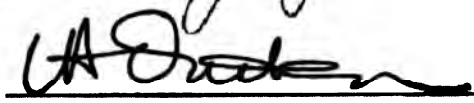
Antígua e Barbuda
Vere C. Bird Jr.

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is highly cursive and difficult to decipher, but it appears to be 'Vere C. Bird Jr.'.

Argentina
Marcelo Regúnaga

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be 'Marcelo Regúnaga'.

Bahamas
Valerie Outten

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be 'Valerie Outten'.

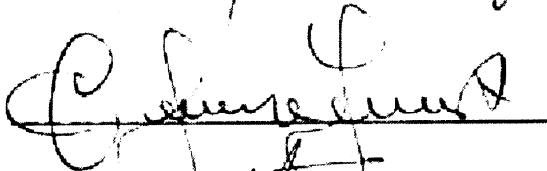
Barbados
Antony P. Wood

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be 'Antony P. Wood'.


Belize
Daniel Silva

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be 'Daniel Silva'.

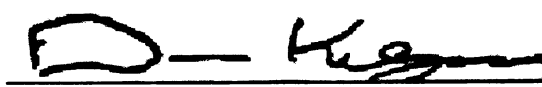
Bolívia
Jorge Monje

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be 'Jorge Monje'.

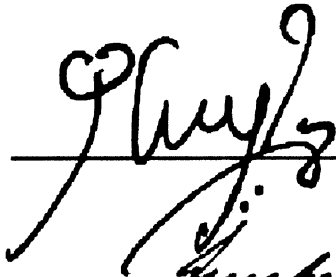
Brasil
Marcus Vinicius Pratini
de Moraes

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be 'Marcus Vinicius Pratini de Moraes'.

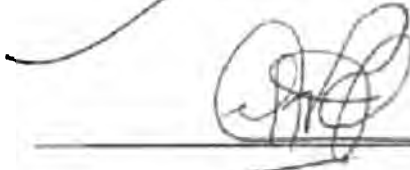
Canadá
David Kilgour

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be 'David Kilgour'.

Chile
Jaime Campos Quiroga



Colômbia
Rodrigo Villalba Mosquera



Costa Rica
Alfredo Robert Polini



Dominica
Vince Henderson

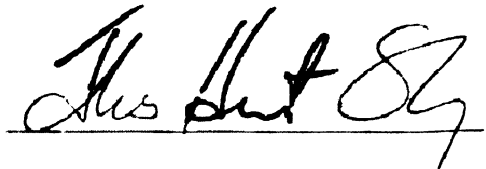


El Salvador
Armando Servellón



Equador
Galo Plaza Pallares

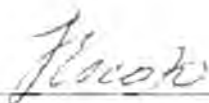
Estados Unidos da América
Thomas Hunt Shipman



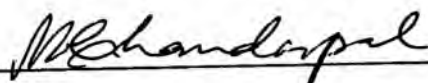
Grenada
Clariss Charles



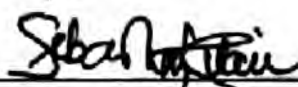
Guatemala
Jorge Rolando Escoto
Marroquín



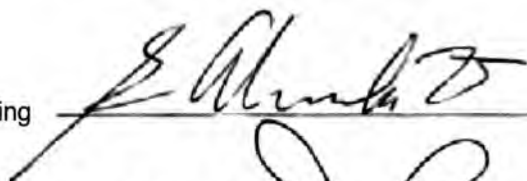
Guiana
Navin Chandarpal



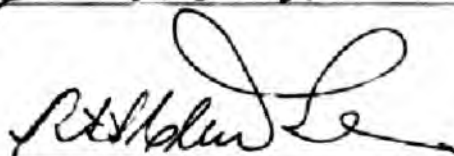
Haiti
Sébastien Hilaire



Honduras
Guillermo Alvarado Downing



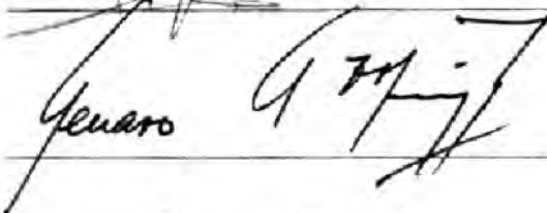
Jamaica
Roger Clarke



México
Javier Usabiaga



Nicarágua
Genaro A. Muñiz Bermúdez



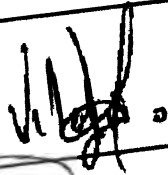
Panamá
Pedro Adán Gordón S.



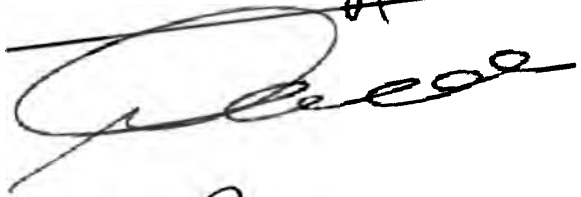
Paraguai
Carmelo Peralta



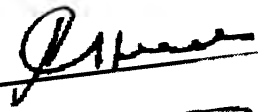
Peru
Alvaro Quijandría



Santa Lúcia
Eustace Vitalis



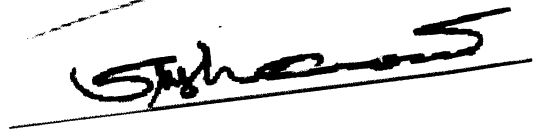
St. Kitts e Nevis
Rafael Adonis Archibald



São Vicente e Granadinas
Simeon Greene



Suriname
Geetapersad Gangaram
Panday



Trinidad e Tobago
Swallay Mohammed

Uruguai
Gonzalo E. González



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Gonzalo E. González', written over a horizontal line.

Venezuela
Efrén Andrade



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Efrén Andrade', written over a horizontal line.

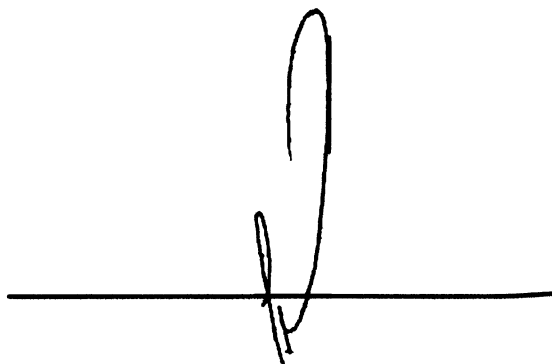


Eligio Jáquez
Secretário de Estado da Agricultura da República Dominicana
e Presidente da Décima Primeira Reunião Ordinária
da Junta Interamericana de Agricultura

Testemunhas de Honra



Hipólito Mejía
Presidente Constitucional da República Dominicana



Carlos E. Aquino
Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura



Reuniões Ministeriais "Agricultura e Vida Rural nas Américas"
no contexto do Processo de Cúpulas das Américas



Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Secretaria das Reuniões Ministeriais
"Agricultura e Vida Rural nas Américas"
www.iica.int/cumbres